



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

A PERSPECTIVA DE UMA ANTROPOLOGIA BEHAVIORISTA RADICAL: CULTURA, VARIAÇÃO, SELEÇÃO E TRANSMISSÃO

Guilherme Bergo Leugi

São Carlos, São Paulo.

Abril de 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

A PERSPECTIVA DE UMA ANTROPOLOGIA BEHAVIORISTA RADICAL: CULTURA, VARIAÇÃO, SELEÇÃO E TRANSMISSÃO

Guilherme Bergo Leugi

Dissertação de mestrado desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Júlio Cesar Coelho de Rose, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos como parte das exigências para obtenção do grau de Mestre em Filosofia.



São Carlos, São Paulo.

Abril de 2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

L652pa

Leugi, Guilherme Bergo.

A perspectiva de uma antropologia behaviorista radical :
cultura, variação, seleção e transmissão / Guilherme Bergo
Leugi. -- São Carlos : UFSCar, 2012.

86 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2012.

1. Behaviorismo radical. 2. Análise do comportamento. 3.
Seleção por consequências. 4. Antropologia. 5. Cultura. I.
Título.

CDD: 150.1943 (20^a)

GUILHERME BERGO LEUGI

**A PERSPECTIVA DE UMA ANTROPOLOGIA BEHAVIORISTA RADICAL: CULTURA,
VARIAÇÃO, SELEÇÃO E TRANSMISSÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovada em 13 de abril de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Presidente



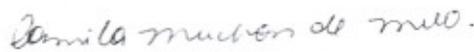
(Dr. Júlio César Coelho de Rose)

1º Examinador



(Dr. José Eduardo Marques Baioni – UFSCar)

2ª Examinadora



(Dra. Camila Muchon de Melo – UEL)

AGRADECIMENTOS

Devo aos meus a mais profunda gratidão no tocante à realização do trabalho aqui presente. Ainda que a produção intelectual seja em grande parte definida e constituída pelo empreendimento solitário do pensamento, o refinamento deste processo só pode ser alcançado pelo debate e pelo diálogo. Uma obra de autoria individual não deixa de ser um produto de síntese de influências, sejam sofridas pelas circunstâncias ou escolhidas ao longo do percurso produtivo. Menciono especialmente meus colegas de laboratório e também os das disciplinas cursadas que me ajudaram a continuar transitando tanto pela Psicologia quanto pela Filosofia sem ser obrigado a escolher. E espero não precisar escolher tão cedo. Também quero prestar meus agradecimentos a minha família, da qual o suporte eu jamais poderia prescindir. Nos momentos em que tive motivos para comemorar ou para pedir ajuda sempre pude lhes compartilhar os primeiros e contar com apoio para os segundos. Também tive a felicidade de possuir amigos e amigas que estiveram sempre ao meu lado em todo o trajeto. A elas e eles, ainda que esta frase não esteja à altura de tudo que devo, meu muitíssimo obrigado. Com deferência, agradeço a todos os mestres que tive ao longo destes anos: sejam professoras e professores desta instituição, de outras, ou os também importantíssimos *amigos/mestres* sem filiação. Dirijo-me, em particular ao meu orientador, a quem devo tributar agradecimentos especiais: a experiência de poder conviver e aprender com o Prof. Julio foi, como ainda o é, única e de riqueza difícil de descrever. Minhas amigas e amigos, familiares, mestres e colegas, e todos que transitam por duas ou mais dessas categorias: o sentimento neste momento é e só poderia ser gratidão.

“Ella está en el horizonte. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar.”

Fernando Birri

SUMÁRIO

Resumo	01
Abstract	02
Apresentação	03
Capítulo 1. Caracterização do Behaviorismo Radical e justificativa para a análise epistemológica do conceito de cultura proposta neste estudo	05
1.1. Método investigativo e interpretativo	17
Capítulo 2. O conceito skinneriano de cultura e as implicações para a determinação cultural	21
2.1. Considerações sobre fundamentos e supostos do Behaviorismo Radical em sua interpretação do fenômeno cultural	22
2.2. Da produção da cultura: apontamentos e questionamentos skinnerianos	30
2.3. Uma perspectiva interpretativa para a gênese do ambiente social	38
2.4. O determinismo cultural para o igual e para o diferente: um ponto negligenciado	42
2.5. Uma proposta de definição skinneriana de cultura – um primeiro passo	44
Capítulo 3. A identificação das unidades culturais variantes e selecionáveis	47
3.1. O caso das metacontingências	51
3.2. Breve nota sobre a adequação relativa da noção de Contingências Comportamentais Entrelaçadas	58
3.3. O ambiente e o processo: uma proposta interpretativa	59
Capítulo 4. A possibilidade de interlocução entre Antropologia e Análise do Comportamento	65
4.1. Clifford Geertz: analogia breve em torno de uma interpretação de método	68
4.2. Marshall Sahlins: analogia breve em torno de uma interpretação estrutural ...	71
Considerações Finais	74
Referências	80

RESUMO

Desde as primeiras formulações em Behaviorismo Radical estão presentes análises do que se conhece como nível cultural de variação e seleção. Nos últimos 25 anos, aproximadamente, com o interesse crescente da comunidade científica da área sobre o tema da cultura, bem como desenvolvimentos conceituais analógicos às contingências comportamentais para a determinação cultural, o estudo acerca Modelo de Seleção pelas Consequências especialmente para a cultura tem ganhado destaque. Skinner, contudo, define cultura de maneiras textualmente diferentes ao longo de suas obras, mas foi possível, ao analisá-las, propor teoricamente uma compreensão alternativa, que se pretende fundamentada nos princípios mais gerais do Behaviorismo Radical, com atenção especial ao determinismo presente nesta teoria, do ponto de vista das relações funcionais estabelecidas entre ações e ambiente. Entende-se que é possível compreender o sistema cultural de determinação de comportamento como relacionado ao ambiente produzido historicamente e socialmente e não somente a conjuntos de comportamentos repetidos ao longo de gerações. Práticas culturais seriam redefinidas, propositivamente, como parte do ambiente do comportamento (neste caso, compreendidas como práticas culturais reforçadoras), e acredita-se, também, que tenha sido possível definir um esboço de modelo de determinação, baseado em características ambientais e históricas que seja abrangente em relação ao comportamento determinado culturalmente (tanto aquele produzido nos grupos, quanto aquele emitido individualmente mas ainda sim socialmente construído). Ao fim destas análises, resumidas incursões ao campo da Antropologia foram feitas na direção de tentativamente abrir caminho para a inclusão metodológica, fundamentada, da etnografia para o estudo comportamental da cultura. O atual trabalho se propõe uma possibilidade interpretativa não tendo, certamente, esgotado o assunto ou encerrado a questão da determinação ambiental em cultura.

Palavras-chave: Behaviorismo Radical; Análise do Comportamento; Seleção por Consequências; Antropologia; Determinismo Cultural.

ABSTRACT

Since the early writings on Radical Behaviorism there has been analysis of what is commonly known as the cultural level of variation and selection. Over the past 25 years, approximately, with growing interest by the scientific community on the culture topic, as well as conceptual developments regarding behavioral contingency analogies for the cultural determination, studies on Selection by Consequences model specifically for the culture have gained prominence. Skinner textually defines culture in many different ways throughout his work; nevertheless we believe it was possible to analyze them and theoretically propose an alternative understanding, based on most general principles of Radical Behaviorism – with special attention to this theory determinism, regarding the functional relations established among environment and human actions. We understand that it is possible to comprehend the cultural system of determination of behavior as related to the environment which is historically and socially produced, not only referring to sets of behaviors repeated over generations. Cultural practices, as a proposition, would be redefined as parts of the behavioral environment (in this case, comprehended as reinforcing cultural practices). We also believe that it was possible to define a schematic model of determination based on the environmental and historical aspects, which is expected to be comprehensive in relation to culturally determined behavior (whether those behaviors produced in groups or those emitted alone, but which still are socially build). After these analyzes, we took a quick foray into Anthropology attempting to establish ways for the methodological inclusion of ethnography in the field of behavioral study of the culture. The current work is intended as an interpretative possibility and has not, of course, exhausted the subject matter or completely solved the problem of environmental determination on culture.

Keywords: Radical Behaviorism; Behavior Analysis; Selection by Consequences; Anthropology; Cultural Determinism.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo propor uma interpretação alternativa de compreensão para a cultura com base na argumentação presente na obra de B. F. Skinner, levando em conta sua concepção fundamental de contingência de reforçamento e o determinismo nela implicado. E essa proposição aparece em um contexto crescente de estudos comportamentais acerca da cultura, com proliferação de denominações conceituais e ainda caminhos diversos de aproximação ao fenômeno de interesse (veja, por exemplo, Ward & Houmanfar, 2011).

A *Análise do Comportamento*, compreendida como uma proposição teórica de entendimento integral do homem, implicada em posicionamentos, acepções e proposições para este entendimento, incorre também no estudo da cultura humana. No sentido mais estrito, esta vertente teórico-prática da Psicologia incorreria em seus estudos sobre o comportamento humano dentro, determinado ou determinador da cultura.

Desde seus textos iniciais, ainda com a produção do pensamento skinneriano não sistematizada, já aparecem constatações e afirmações acerca de questões que viriam a permear o estudo cultural empreendido por analistas do comportamento décadas depois: como é o caso da compreensão de determinismo ambiental, a própria delimitação do que seja ambiente (estímulo) e resposta (Skinner, 1935).

Quando do início dos estudos em *Análise do Comportamento*, desde a produção da utopia literária *Walden Two* (Skinner, 1948), caminhando pela sistematização de desenvolvimentos posteriores (Skinner, 1953/1965¹; 1969; 1971/2002) e mais adiante quando da formulação do sistema interpretativo desta ciência – o modelo de seleção pelas

¹ Como padrão será utilizada a marcação: (data de publicação original)/(data de publicação da edição utilizada).

consequências (Skinner, 1981) – há menções tanto ao que era compreendido como contribuição original da área para este tipo de estudo, quanto de conhecimentos já produzidos em outras áreas de pesquisa (como a Antropologia).

A abordagem que foi empreendida nas páginas que seguem, foi a de tratar a definição analítico-comportamental de cultura, sendo considerada esta definição contida em um sistema teórico embasado em um modelo de determinação compreendido então como o Modelo de Seleção pelas Consequências. Sendo este um modelo que se pretende integral em relação ao homem, subsumindo suas ações no mundo ao seu comportamento, e sendo este último de definição distinta daquela usualmente empreendida nas Ciências Humanas em geral. Para além daquilo que o organismo faz, a determinação ambiental do que ele faz é parte constituinte da unidade comportamental.

Ao fim do texto, considerando válida a argumentação do processo comportamental subjacente à proposta aqui apresentada de interpretação cultural, foi feita uma breve incursão a uma porção da Antropologia. Afim de que se pudesse oferecer uma interpretação Skinneriana dos processos descritos, com base na definição desenvolvida ao longo dos capítulos, foi proposta tentativamente uma análise breve do processo etnográfico, bem como da evolução cultural. Este último, como processo relativo, entendido como âmbito privilegiado de diálogo possível.

CAPÍTULO 1

CARACTERIZAÇÃO DO BEHAVIORISMO RADICAL E JUSTIFICATIVA PARA A ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DO CONCEITO DE CULTURA PROPOSTA NESTE ESTUDO

É considerado que a primeira compilação sistemática do Behaviorismo Radical e da Análise do Comportamento seja *The Behavior of Organisms*, de 1938, ainda que seja também compreendido que conceitos fundamentais tenham sido formulados previamente (como, por exemplo, as bases para definição de classe de estímulos e de respostas em 1935, proposição fundamental na obra do autor). Com cerca de setenta e cinco anos, portanto, essa disciplina tem dedicado seus estudos à compreensão do comportamento humano em todas as suas instâncias de ocorrência, mais do que isso, tem uma dedicação importante também à (re)definição do conceito de comportamento operante. Desenvolveu suas premissas e interpretações ao longo dos anos, diferenciando seu estatuto de comportamento operante daquele pré-existente (ver Chiesa, 1994/2006, por exemplo), culminando em uma abordagem seletiva para o comportamento operante (Skinner, 1981, 1988), no qual a determinação está prioritariamente no ambiente que aparece após a emissão de uma (classe de) resposta (Skinner, 1953/1965, por exemplo).

Tem sido empregada dedicação considerável, em especial nas últimas três décadas, a empreendimentos acerca da compreensão de determinações culturais do comportamento humano, ou, em outras palavras, a própria definição analítico-comportamental de cultura, ainda que neste último caso os avanços tenham sido menos volumosos. E a dificuldade acerca dos avanços é devida a, pelo menos, dois fatores. Primeiramente, não tem havido volume de estudos na área com o foco ou intuito de evidenciar a definição de cultura para Skinner. E, em

segundo lugar, aparecem os entraves conceituais e de entendimento, sendo esta a questão mais importante a ser explorada neste estudo. O trabalho conduzido, com desdobramentos conceituais para a área, tem tratado de analogias das noções skinnerianas envolvidas com a cultura e não sua definição propriamente. Este é o caso, por exemplo, dos estudos envolvendo o conceito de metacontingência (definido, inicialmente por Glenn, 1986/2005) – conceito de notável relevância para o campo de estudo em foco, mas que não questiona insistentemente seus próprios fundamentos, nos termos, por exemplo, da necessidade da analogia empreendida entre níveis para a unidade selecionada. Recentemente, contudo, alguns estudos têm aparecido com este objetivo e certamente serão valiosos, em seu conjunto, para a área (por exemplo: Hull, Langman, & Glenn, 2001; Mattaini, 2004; Mattaini, 2006; Houmanfar & Rodrigues, 2006). Há que se ressaltar, contudo, que o desenvolvimento do conceito pode promover o questionamento dos fundamentos por si só, sem que sejam necessárias outras investigações. Mas ainda que esta condição exista como possibilidade, não tem aparecido nas discussões teóricas ou experimentais sobre o conceito. Outras abordagens também têm aparecido, para análise do fenômeno cultural sem o uso do conceito citado, e também tem contribuído para o desenvolvimento da área. Por exemplo, trabalhos que tratem do comportamento operante em seu aspecto social de construção e determinação, sem recorrer a estruturas sobrepostas a ele, mas sim a um possível “sentido social” (por exemplo: Guerin, 1992; 1994; 2001a; 2001b; 2003), como tradicionalmente é tratado seja na Psicologia Social, seja na Antropologia. Aparece também, neste percurso, a vertente das analogias situacionais, também com o operante como unidade de análise, mais ou menos naturalísticas e que recentemente receberam atenção por Ward e Houmanfar (2011) em uma densa revisão dos últimos trinta anos deste tipo de pesquisa empírica bem como seu embasamento conceitual.

Em termos históricos, Skinner, vindo de contatos prévios com a obra de Darwin (*Voyage of the Beagle*, e *Expression of the Emotions in Man and Animals*), o texto filosófico

cientificamente orientado de Bacon, e as impressões de B. Russell sobre o behaviorismo watsoniano, empreende um caminho sobre a Psicologia. Mais especificamente ele traçaria um caminho como um behaviorista, mas como um behaviorista orientado a questões epistemológicas. Seria este, simplificada, o início dos estudos de Skinner em questões teóricas e empíricas acerca do comportamento humano (Smith, 1986) e, em decorrência da continuidade destes estudos, da estruturação do Behaviorismo Radical, enquanto pensamento filosófico e particularmente inovador para a compreensão do homem, mesmo que historicamente tenha sido “descoberto” tardiamente enquanto tal (Day, 1992b/1977).

Esta vertente teórica é caracterizada como a filosofia da Ciência do Comportamento ou Análise do Comportamento² (De Rose, 1982; Chiesa, 1994/2006; Laurenti, 2004, por exemplo). Seu discurso vai além da definição destas disciplinas abrangendo a “ciência, linguagem, subjetividade, educação, ética, política e cultura” (Abib, 2001, p.20) e, em um sentido mais amplo, “é uma filosofia do comportamento humano” (Abib, 2001, p.21). Esta filosofia está assentada “sobre a negativa ontológica da existência de eventos imateriais, sem dimensões físicas, que se passem em um mundo não físico” (De Rose, 1982, p.68), mas que não descarta os enunciados acerca dos eventos mentais, colocando-os, de maneira reinterpretativa, como “descrições de eventos físicos, ou de relações de eventos físicos” (De Rose, 1982, p.68), ou ainda em alguns casos as descrições destes fenômenos podem “ser tomadas como metáforas” (De Rose, 1982, p.68). Este campo de investigação filosófica não pressupõe, necessariamente, que todos os fenômenos devam ser publicamente observáveis. E isto, dentre outras características, faz com que o pensamento skinneriano seja distinto de outros behaviorismos como o que veio a ser chamado Behaviorismo Metodológico, de J. B. Watson (De Rose, 1982).

² Para os fins deste trabalho serão tratados de modo equitativo os termos Análise do Comportamento e Ciência do Comportamento como a área de estudos empíricos relacionada ao sistema filosófico do Behaviorismo Radical.

Esta área de conhecimento elegeu o comportamento humano como dado científico objeto de investigação (como referenciado já no primeiro capítulo de *The Behavior of Organisms* - “Um sistema do comportamento”; Skinner, 1938). E, ao longo dos anos subsequentes de desenvolvimento, a comunidade científica de analistas do comportamento e/ou de estudiosos da filosofia do Behaviorismo Radical parece ter prosseguido na direção de responder à provocação colocada neste primeiro capítulo, ao se compreender o comportamento como dado científico: “The two questions which immediately present themselves are: What will be the structure of a science of behavior? and How valid can its laws be made?”³ (Skinner, 1938, p.5).

O texto da obra mencionada continua pelo início da resposta a essas duas questões, pelo viés da experimentação como ferramenta para validação destas leis que formariam, então, um sistema científico de compreensão do comportamento. Contudo, especificamente no campo de interesse do presente estudo, estas duas perguntas podem ser compreendidas como eminente ponto de partida para a discussão da produção da Ciência do Comportamento e/ou Behaviorismo Radical sobre o homem em sua cultura e sobre a própria cultura.

Faz parte deste empreendimento, sobre a identificação dos aspectos culturais acerca do comportamento humano, definir qual será o caminho a ser tomado: se de uma extrapolação na direção simples-complexo, ou complexo-simples (Epling & Pierce, 1986). Neste sentido, ainda com a citação provocadora em vista, é esperado que ao fim deste trabalho tenha sido possível identificar, ou ao menos esboçar, qual seja a estrutura conceitual utilizada para definição da porção da Ciência do Comportamento que lida ou lidará com os aspectos culturais do homem em seu meio, fundamentando esta argumentação nos princípios e suposições do Behaviorismo Radical. Em outros termos, a relação entre a ocorrência pontual e discreta de comportamento e a possibilidade de interpretação desta em um sistema para além

³ “As duas questões que imediatamente apresentam-se são: Qual será a estrutura de uma ciência do comportamento? e Quão válidas podem ser suas leis?”

dela, mas ainda assim seu produto: a estrutura das relações sociais, de um modo behaviorista radical. E, evidentemente, trata-se também de compreender a estrutura das relações sociais em termos de seu determinismo, em termos da validade de suas leis e, no limite, também da adequação e eficácia de seus procedimentos de previsão e controle - estes sendo, então, algo como o germe da interpretação cultural skinneriana. Trata-se, em outras palavras, de compreender a abrangência do método analítico-comportamental para o fenômeno que apareça no que possa ser chamado de nível cultural de análise, em termos de suas variáveis identificadas e controladas, na medida em que estas sejam convincentemente demonstráveis.

Qual é este caminho? Qual é o ponto de partida e o ponto de chegada, ao menos planejado, do analista do comportamento quando debruçado sobre o fenômeno do homem em sua sociedade? Quais limites margeiam o trajeto e quem ou o que os impõem sobre a trilha?

É evidente que esta área de conhecimento ainda não possui respostas a todas essas perguntas, e mesmo é patente que o presente trabalho não poderia respondê-las a todas. É contudo, parte essencial do desenvolvimento e proposição deste trabalho verificar o andamento das respostas, e mesmo ainda propor ou identificar avanços. Mais do que isso, trata-se também de verificar se este tipo de questionamento ou compreensão também metodológica estaria presente nos desenvolvimentos e resultados contemporâneos acerca da investigação cultural.

É importante destacar, desde este início, que a argumentação presente neste e nos próximos capítulos é fruto de um recorte em função de um objeto a ser analisado e interpretado: sumariamente, o determinismo cultural do ponto de vista skinneriano e a ele subjacente o conceito de cultura. Como é esperado de um trabalho deste tipo, certos aspectos não serão tratados hora por fugirem ao escopo interpretativo, hora por impossibilidade gerada por complexidade ou limitação característica da função acadêmica do presente estudo. Assim, parece ser relevante precaver o leitor que um recorte conceitual como o que foi feito aqui,

empreendido em função de um argumento, carregará em si, de modo virtualmente inevitável, uma dose considerável de arbitrariedade. É esperado também que a linha argumentativa tenha sido ordenada de modo coerente o suficiente para receber, do leitor, indulgência acerca de aspectos apenas tangenciados ou mesmo negligenciados (ainda que deliberadamente nos casos identificados).

O behaviorismo radical é um sistema propositivo baseado, sobretudo, na verificação de suas premissas e interpretações. Esta postura científica, que acabou por promover certa marginalização da análise do comportamento em relação às outras Ciências Humanas a partir dos anos 60 ou 70 do século XX, acabará também por tornar mais factível a tarefa de confrontar as investigações paralelas de diferentes áreas do conhecimento humano com seus próprios achados no tocante ao homem comportando-se em grupos, em sociedades, e seus determinantes culturais de comportamento.

A matéria-prima para o conhecimento sobre cultura, a própria cultura em sua organização, está apresentada aos olhos do investigador em seu modo natural, e existe a tendência investigativa de tentar desmembrá-la em seus comportamentos subjacentes. E esse tipo de procedimento analítico parece estar consonante à própria história da Análise do Comportamento em seu desenvolvimento científico. Como o percurso que levou às proposições mais refinadas acerca da concepção de comportamento operante, e seus determinantes. De um todo organizado e uniforme, separam-se as partes críticas de previsão e controle, em situações experimentais, e as covariações aparecem como evidências científicas. Resta saber, evidentemente, se este caminho é o caminho mais acertado para a análise e interpretação dos fenômenos culturais. Sob esta dúvida, está colocada uma segunda, fundamental: teriam os processos culturais natureza distinta daquela compreendida no comportamento operante?

Não se trata, neste questionamento, de interpor o problema da materialidade ou imaterialidade cultural. Ao menos, do ponto de vista deste estudo, este aspecto não estará em questão. Assim como para o comportamento operante, a negativa ontológica dos eventos imateriais estará mantida, na direção de produzir conhecimento uníssono com os trabalhos já desenvolvidos na área. Esta negativa não nos aparece em modo algum abalada pela dúvida acerca da natureza dos fenômenos culturais. Ao falar de uma nova natureza, não é o caso de supor nada além do mundo físico. Tampouco é vantajoso tratar dos fenômenos comportamentais e culturais com um materialismo ingênuo e que possa vir a limitar a possibilidade de compreensão do fenômeno. É o caso, certamente, de conceber a especificidade organizativa do meio cultural. Sendo essa possibilidade considerada, é o caso de pontuar uma terceira dúvida emergente: em quais partes poderia ser reduzida a cultura, a fim de que seus essenciais sejam evidenciados e não perdidos?

Afinal, este foi o caminho percorrido na descoberta/proposição do condicionamento operante, e futuramente a proposição do comportamento operante enquanto conceito base subjacente a todo o sistema de pensamento que se desenvolve sob o nome e sobrenome de Behaviorismo Radical. O corte, no caso do operante, foi delimitado pelo ambiente em função do tempo: ambiente prévio e ambiente posterior a uma ação, a mais simplificada possível. Esta operacionalização investigativa, este método, deu condição para o desenvolvimento da compreensão subjacente ao conceito de contingência de reforçamento. Qual é o ponto de fratura natural na cultura que, sendo infligido o corte analítico, ainda permitiria a compreensão do processo básico subjacente? O processo básico subjacente é o mesmo do comportamento operante?

É da perspectiva deste estudo que sim: trate-se do mesmo princípio. É também esperado que seja possível ao longo do texto convencer o leitor de que na mesma medida que o conhecimento acerca do ambiente deu condição para a compreensão do processo de

condicionamento operante e contingência de reforçamento, a compreensão do ambiente em suas especificidades dará caminho para uma compreensão integradora do que venha a ser cultura, para o Behaviorismo Radical.

Por compreensão integradora é entendida uma abordagem que não conflite, necessariamente, com o conhecimento já produzido na área, em termos eliminativistas mas que, havendo a discordância esta seja tratada pela transdisciplinaridade (Abib, 1996; Hayes & Fryling, 2009). Os analistas do comportamento estão tangenciando áreas já centenárias de conhecimento produzido, na Antropologia por exemplo, e seria de vantagem duvidosa ignorar os achados de suas teorias e metodologias, que partam de premissas equivalentes àquelas do Behaviorismo Radical. A análise do comportamento não deveria trilhar vendada um caminho já aberto e iluminado, ainda que por algumas luzes diferentes das que habitualmente vê.

Em que pese o desenvolvimento de conceitos operacionais para a cultura, como a macro e a metacontingência, ou ainda compilações reinterpretativas dos conceitos básicos da área no estudo do comportamento social, como a Teoria da Contingência Social (Guerin & Miyazaki, 2003, por exemplo), a área ainda carece de uma investida sistemática, e provavelmente inovadora, a fim de produzir respostas robustas ao problema da abrangência estrutural dos conceitos e aplicabilidade das leis do comportamento aos ambientes complexos formados por homens comportando-se em conjunto. É certo que já há uma parte da resposta sendo produzida (Glenn & Malott, 2006; Todorov, 2006; Andery, Micheletto, & Sérgio, 2005, por exemplo), mas não é ainda uma formulação completa, no sentido de dar cabo das questões concernentes aos aspectos culturais em uma linguagem ou conceituação analítico-comportamentais.

Certamente, essas respostas também não poderão ser produzidas no âmbito do presente estudo, sendo compreendido que somente podem ser construídas pelo esforço coletivo da comunidade científica especializada. Este tipo de direcionamento para uma

resolução apropriada é um empreendimento que apresenta grande dificuldade. Contudo, uma parte do problema pode ser amenizada com uma adequada, mesmo que ainda incompleta, explicitação dos problemas que a área enfrenta. É esperado que este estudo possa contribuir para essa explicitação. E também, é necessário destacar que esforços já têm sido direcionados à resolução destas questões (Guerin, 1994; Lamal, 1991; Andery, 1990, por exemplo), e que justamente a produção na área tem indicado a necessidade de um maior e mais robusto volume de produção para um desenvolvimento integral da abordagem analítico-comportamental no tocante à cultura e seus determinantes.

O pensamento behaviorista radical pressupõe certo modelo explicativo (ver Laurenti, 2004), certa concepção de homem (ver Melo, 2005), fundamentados também no contexto histórico-filosófico em que se insere. O pensamento skinneriano tem como um pano de fundo um naturalismo, mas não implicando em um materialismo ingênuo, posto que o comportamento seja objeto de estudo suficiente em si mesmo (Abib, 1985). A posição naturalista de Skinner coloca a análise dos fenômenos comportamentais no mesmo campo dos objetos das outras ciências naturais, mas não no sentido de que o comportamento seja redutível a fenômenos fisiológicos, por exemplo, posto que o comportamento exiba alguns aspectos emergentes, mas no sentido de “conhecê-lo através do método básico da ciência, isto é, a investigação empírica” (p.181), ainda por que “o comportamento, expressão da natureza, organiza-se, como esta, de forma determinista” (Abib, 1985, p.182). Esta posição encerra um materialismo e determinismo, posição partilhada pelas proposições do presente estudo.

O conhecimento sobre o comportamento, contudo, é dado no nível do próprio comportamento, isto é, em nível de relações entre eventos físicos. Desse modo, a “desmaterialização” do comportamento não implica em assumir qualquer outra natureza de eventos, mas sim níveis de organização. E esta organização sendo estritamente determinada.

A indeterminação encontrada experimentalmente não seria da natureza do fenômeno, mas sim da natureza do *setting* e procedimentos experimentais.

*“A single reinforcement may generate and maintain a great deal of behavior when it comes at the end of a sequence or chain of responses. (...) We may assume that something of the sort has occurred whenever we observe long chains. The dedicated horticulturalist is ultimately reinforced, say, by a final perfect bloom, but all the behavior leading up to it is not thereby explained; intermediate stages in progressing toward a final bloom must in some way have become reinforcing. In order for early man to have discovered agriculture, certain early stages of cultivation must first have reinforced by accident or at least under conditions irrelevant to the eventual achievement”*⁴ (Skinner, 1969, p.59, destaques adicionados).

O objeto, o comportamento, seria definido em uma análise mais minuciosa como a relação entre seus componentes (Harzem & Miles, 1978), certas relações de operação no ambiente e a interação entre este e o organismo. A tese skinneriana, seus pressupostos e definições, concebe um tipo de explicação das ações humanas, nos termos de identificação de variáveis que aumentam a probabilidade de ocorrência de determinados aspectos do comportamento formadores de uma classe de respostas específica. Neste sentido, do que é

⁴ “Um único reforçamento pode gerar e manter uma grande quantidade de comportamento quando aparece ao final de uma sequência ou cadeia de respostas. (...) Nós podemos assumir que algo do tipo tenha ocorrido quando observamos longas cadeias. O agricultor dedicado é reforçado ao final, digamos, por uma florada perfeita, mas todos os comportamentos que levaram até ela não são por isso explicados; estágios intermediários de progresso na direção da florada final devem, de algum modo, ter se tornado reforçadores. Para que os primeiros homens descobrissem a agricultura, certos estágios de cultivo devem ter sido inicialmente reforçados por acidente ou ao menos sob condições irrelevantes para a eventual façanha”.

entendido como explicação no pensamento behaviorista radical, Laurenti (2004), identificou características desta explicação, das quais é possível destacar a descrição de relações funcionais e o fato de que todo conhecimento carrega em si um mínimo de incerteza, isto é, a descrição das relações é em termos de probabilidades de ocorrência. E, sobre esta incerteza mencionada pela autora, este estudo a interpreta da maneira já mencionada: sem atingir o determinismo, sendo fruto e consequência natural da manipulação experimental. Em termos mais específicos, explicar no Behaviorismo Radical faz referência à identificação de contingências em vigor em uma dada situação, e de modo especial, das contingências verbais (Day, 1992a/1976). Estas últimas não apresentam qualquer estatuto especial de funcionamento, são casos especiais por apresentarem o substrato necessário à condução da explicação, em termos da identificação de relações presentes no mundo.

Todos os pressupostos envolvidos com as análises relacionadas ao estudo dos fenômenos comportamentais e, mais especificamente para este estudo, culturais, resumiram-se no modelo do sistema teórico. Está compreendido por modelo o funcionamento geral dos conceitos em interação, e para o Behaviorismo Radical, o modelo é o de seleção pelas consequências (Skinner, 1981). O modelo de seleção por consequências do Behaviorismo Radical, fortemente influenciado pelo modelo de seleção natural darwiniano (De Rose, 1982), concebe o homem como produto de três tipos de seleção (consequentemente evolução – não com sentido teleológico): filogenética (evolução da espécie); ontogenética (história individual de reforçamento); e cultural. “As evoluções filogenética e ontogenética permitiram ao homem ser sensível às consequências de seus comportamentos que propiciam a sobrevivência da espécie e do indivíduo, respectivamente. A evolução cultural permite-nos defender um Homem que está ‘além’ dessas condições” (Melo, 2005, p.89). Ainda segundo Melo (2005), Skinner concebe o Homem como sendo um planejador cultural, cujo valor fundamental assumido é o da sobrevivência da cultura. Este planejaria contingências de modo a propiciar a

sensibilidade “às consequências mais remotas de seu comportamento, tão remotas que ultrapassam o tempo de sua vida” (Melo, 2005, p.91).

Esta análise *seleccionista* da cultura costuma colocar a si mesma (Skinner 1953/1965) um obstáculo importante: como consequências remotas podem estabelecer controle sobre o comportamento (ou classe de respostas) de um indivíduo? Segundo certa interpretação do conceito de consequência, conceber uma consequência atrasada é quase impedido (por exemplo, a própria definição de comportamento supersticioso traz o problema do efeito do ambiente imediato: Skinner, 1948/1999a) . Uma consequência é aquilo que proporcionou a manutenção do comportamento, por isso já estava lá, e esta definição ata a consequência à ocorrência do comportamento de modo que seria difícil falar de sensibilidade a consequências atrasadas. Este talvez tenha sido um dos alertas importantes que Skinner pretendeu disseminar em seu *Além da Liberdade e Dignidade* (1971/2002). A sensibilidade à consequência evoluiu de modo que seja uma sensibilidade imediata, e no caso das práticas culturais, a consequência cultural também rápida e imediata a práticas culturais (Abib, 2007). A sensibilidade pode ser entendida, então, como condição para que o processo de reforçamento, ou em outras palavras, de manutenção da ocorrência de comportamentos seja possível – uma capacidade evoluída biologicamente que abre espaço para o desenvolvimento dos outros dois níveis de seleção pelas consequências: o ontogenético e o cultural. Contudo, ao falar de sensibilidade a contingências (mesmo que culturais), é possível que não esteja sendo tratado o terceiro nível de seleção propriamente dito – a sensibilidade às contingências culturais, mesmo como condição possivelmente necessária ao estabelecimento deste nível, parece estar mais relacionada ao primeiro e segundo níveis, filogenético e ontogenético respectivamente.

Trata-se, em quaisquer dos níveis de seleção, da compreensão do comportamento, em termos das variáveis independentes. A identificação destas variáveis, que influenciam a probabilidade de ocorrência de certas condições de ação específicas, torna possível explicar o

comportamento. Explicar as causas do comportamento humano, em uma abordagem analítico-comportamental, pode ser referido, portanto, como identificar as contingências de reforçamento atuantes (Skinner, 1931). A correlação entre as variáveis independentes ambientais e as variáveis dependentes, enquanto classe de respostas dos organismos, é denominada contingência de reforçamento. (Skinner, 1935; 1953/1965; 1969, por exemplo)

1.1. MÉTODO INVESTIGATIVO E INTERPRETATIVO

Este estudo pretendeu investigar, primordialmente, os textos da filosofia do Behaviorismo Radical de B. F. Skinner nos quais seja produzida sua definição de cultura implicando variação, seleção e transmissão culturais (evolução). Foram buscados também os textos que definam conceitos utilizados para caracterizar esta definição, como é caso dos conceitos de contingência, comportamento, e quais as exigências ontológicas para a definição de uma aproximação deste tipo de conceito ao nível cultural de análise. Foram buscados e investigados textos que estabeleçam “diálogo” com a obra skinneriana, especificamente no campo do estudo das culturas e de seus conceitos subjacentes (comportamento social; contingência social; comportamento verbal; entre outros; ver por exemplo Guerin, 1994).

Foram feitas buscas por textos que tratem das noções necessárias para a compreensão da definição behaviorista radical de cultura, e mais textos skinnerianos e de outros autores foram incluídos ao longo do processo de busca, conforme a investigação se desenvolveu e apontou as lacunas conceituais nos textos que precisem ser preenchidas, ou como explicá-las (as lacunas). É o caso, por exemplo, das incursões interpretativas ao campo da Antropologia. Estas buscas foram feitas em termos de novas e contemporâneas concepções que complementem a compreensão dos fenômenos culturais, sendo que, para isto, foram explorados acervos de periódicos que têm subsidiado fartamente as discussões atuais sobre

implicações de novos delineamentos acerca de uma seleção cultural em termos radical-behavioristas. Também foram feitas buscas de textos que tenham influenciado a obra de Skinner, ou que indiquem tais influências, seja em termos do contexto histórico-filosófico em que o autor produziu suas análises, seja em termos da literatura filosófica e psicológica que subsidia a compreensão skinneriana de mundo.

Foi feita, sobre estes textos, uma análise estrutural cujo objetivo foi o de analisar o tema pesquisado por meio da identificação de categorias conceituais da(s) disciplina(s) relacionadas ao tema. O método de análise estrutural constituiu-se, basicamente, de cinco etapas: 1) análise das categorias conceituais fundamentais ao tema investigado que vise identificar e caracterizar o problema; 2) análise das críticas do autor sobre teses de outros autores; 3) análise da tese do autor de modo a relacioná-la às teses por ele criticadas; 4) esquematização dos argumentos expostos em dois e três, fundamentados pelo item um, com introdução, desenvolvimento e conclusão; 5) elaboração de uma síntese que evidencie os aspectos e características mais relevantes da tese do autor sobre o tema. Mediante estes passos foi possível construir os textos que serviram como base para o presente trabalho

Em termos da investigação específica do conceito de cultura no Behaviorismo Radical e suas implicações para seleção e transmissão culturais, foi pretendido neste estudo realizar uma investigação epistemológica nos moldes descritos por Abib em 1996.

É próprio da investigação epistemológica, especificamente do método epistemológico-hermenêutico, interrogar textos científicos de tradições de pensamento constituídas, como é o caso da Análise do Comportamento (e do Behaviorismo Radical, necessariamente), já que “é a pluralidade do texto”, estabelecida de uma relação objetiva, “que fornece o motivo da investigação epistemológica. (...) Trata-se exatamente disso: buscar o esclarecimento dessa pluralidade do texto nos seus fundamentos” (Abib, 1996, p.222). É necessário saber “o que procurar” (p.224) no texto e neste sentido:

“a escritura do pré texto filosófico passa pela análise conceitual do texto, passa pela análise não só dos conceitos nucleares do texto mas também dos conceitos básicos da teoria que é veiculada pelo texto. É nesse sentido que a análise conceitual já é reflexão epistemológica, porque visa encontrar pistas para responder as questões clássicas da epistemologia, que se forem respondidas, contribuirão para esclarecer o sentido do texto. Enfim, a análise conceitual é a análise epistêmica dos conceitos” (Abib, 1996, p.224).

Em todos os textos buscados foram levantadas as definições encontradas para as noções necessárias à compreensão do terceiro nível de seleção e das culturas. Estas noções foram sistematizadas, analisadas e verificadas quanto à sua consistência lógico-filosófica, dentro do Behaviorismo Radical, pelo método epistemológico-hermenêutico (Abib, 1996).

O texto foi produzido de modo que, ao longo do mesmo, o leitor possa nomear, identificar e definir o conceito de cultura dentro da obra skinneriana, seus limites e alcances, seus conceitos e processos subjacentes (como no caso da seleção, evolução e transmissão), suas implicações para uma análise das culturas e para delineamentos experimentais e teóricos contemporâneos. Neste sentido, foi feita uma comparação das extrapolações teóricas atuais em termos de verificação da adequação à proposta behaviorista radical encontrada e sistematizada neste estudo. Essencialmente, a proposta interpretativa envolvida foi delimitar e/ou operacionalizar o modelo skinneriano dos processos de seleção e transmissão culturais, bem como, movido pelo encaminhamento do presente trabalho, em alguma medida propor um modelo de análise cultural baseado nas premissas ontológicas e epistemológicas do Behaviorismo Radical.

É esperado, também, que o levantamento e a sistematização das informações definam possibilidades para investigações futuras, em termos da análise das culturas, tanto para lacunas encontradas e que precisem de novas elaborações teóricas, quanto para processos identificados que possam dar subsídio à experimentação/validação destes, e novos estudos conceituais-filosóficos em continuidade a este.

É certo também, para os fins deste estudo, que a análise total da cultura skinneriana não foi esgotada e nem poderia no âmbito deste trabalho. É do posicionamento desta pesquisa que seus resultados possam servir para fomentar o debate, questionar os conceitos utilizados, de modo a contribuir parcialmente para uma compreensão do ser humano em sua cultura sob este viés. Isso, tendo em fundo a concepção de que a proposta skinneriana é rica e densa, dando possibilidade a interpretações distintas. Esta proposta, interpretativa, terá cumprido seu papel se tiver podido explicitar novas questões para a área, mais do que tentar solucioná-las: sendo este último papel de responsabilidade compartilhada com futuras pesquisas teóricas e empíricas.

CAPÍTULO 2

O CONCEITO SKINNERIANO DE CULTURA E AS IMPLICAÇÕES PARA A DETERMINAÇÃO CULTURAL

“Everyone knows what cultural anthropology is about: it’s about culture. The trouble is that no one is quite sure what culture is. Not only is it an essentially contested concept, like democracy, religion, simplicity, or social justice; it is a multiply defined one, multiply employed, ineradicably imprecise”⁵ (Geertz, C., 2000, p.11)

A colocação destacada acima, de Clifford Geertz, do ponto de vista do presente estudo, soa como desafio. Haveria um conceito de cultura para Skinner ou seriam somente aglutinados de noções acerca da determinação do comportamento humano no que tange aos seres humanos se comportando em grupo? Não poderiam ser essas noções sobre determinação comportamental suficientes para compreender integralmente o fenômeno de interesse, podendo então o analista do comportamento deixar de lado a busca por uma explicitação do que seja cultura? Afinal, quando a Análise do Comportamento e o Behaviorismo Radical utilizam o termo cultura, a que se referem?

⁵ “Todos sabem de que trata a antropologia cultural: trata da cultura. O problema é que ninguém está completamente certo do que seja a cultura. Não somente é um conceito essencialmente contestado, como democracia, religião, simplicidade ou justiça social; é um conceito multiplamente definido, multiplamente empregado, de imprecisão inerradicável”.

Ao longo da obra de Skinner há diversos momentos em que o termo “cultura” ou “cultural” é utilizado ao serem mencionados os determinantes de um comportamento específico, ou, ao menos, uma espécie de compartilhamento da determinação deste comportamento. O primeiro, cultura, no sentido de um conjunto de características, muitas vezes utilizado de modo pouco rigoroso, como aquilo que o homem partilha em grupo ou um conjunto de modos de agir.

Também, no decorrer dos textos do Behaviorismo Radical, o termo cultura é referido de, pelo menos, duas maneiras distintas: a) um determinante do comportamento; b) um nível para o processo de variação e seleção. Do ponto de vista deste estudo, de chofre é possível dizer que os dois usos apontam para a mesma definição fundamental de que cultura, entendida nos moldes skinnerianos, seja parte da determinação do comportamento humano e que, por conseguinte, seja constituída como ambiente do comportamento humano; e este ambiente, compreendido como ambiente funcional, isto é, que exerça controle sobre o comportamento por um determinado tempo (Skinner, 1961/1999c). Este é o cerne deste segundo capítulo, dedicado à análise e interpretação do conceito fundamental de cultura em Skinner, mesmo que muitas vezes somente implícito nas colocações do autor. É esperado que tenha sido possível, ao longo dos próximos parágrafos, clarificar as razões para este posicionamento, bem como sedimentá-lo suficiente e adequadamente a fim de proporcionar solo comum para os debates seguintes deste estudo.

2.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE FUNDAMENTOS E SUPOSTOS DO BEHAVIORISMO RADICAL EM SUA INTERPRETAÇÃO DO FENÔMENO CULTURAL

Inicialmente, é preciso dizer por que a cultura é entendida como um determinante do comportamento e ao mesmo tempo não poderia ser somente um determinante do

comportamento, mas sim, também, um produto dele: nos mesmos moldes da consequência que seja produzida por uma classe de respostas no caso do comportamento operante. Há certa tendência de uma parte da comunidade científica de referir-se à cultura somente como um dos determinantes do comportamento. Isso, da parte da análise do comportamento poderia ser creditado à diferenciação que Skinner empreende dos níveis de determinação: ontogenético, filogenético e cultural. E, mais especificamente, creditamos a interpretação às colocações do autor sobre a determinação do comportamento ser em parte delimitada pela cultura, enquanto nível de variação e seleção. Contudo, esta distinção, aparentemente, não deveria ser levada como exclusiva. Bem como, também parece que o uso de nível de variação e seleção não está sendo coerente com as suas proposições fundamentais, tanto de cultura, quanto de comportamento operante. Onde está o comportamento? Em qual nível ele está sedimentado a ponto de dizermos que um nível incide sobre o outro? A cultura é somente um nível de variação e seleção?

Não parece haver condição prévia para responder a esta questão. Seja pelo uso indiscriminado do termo tanto para definir um processo de seleção pelas consequências, cujas unidades não parecem estar devidamente delimitadas, tanto para caracterizar um conjunto organizado de ações. Além disso, do ponto de vista do Behaviorismo Radical, o homem não apresenta senão comportamentos, tendo cada um deles suas determinações específicas e particulares, podendo ou não ser compartilhadas. Comportamentos, por sua vez, apresentam também seus produtos e é, talvez, mais neste sentido que devemos analisar o que venha a ser compreendido como níveis, e mais especificamente cultura. Afinal, para o que chamamos, ainda que de modo confuso, de cultura, é essencial considerar que o que quer que ela venha a ser é produto de comportamento, mesmo mediante quaisquer especificidades (geográficas, fisiológicas de um grupo, etc.).

Retomando um aspecto importante, considera-se que o comportamento é objeto em si mesmo da Análise do Comportamento e do Behaviorismo Radical (Abib, 1985), e que este é entendido já como uma relação de uma classe de ações e um ambiente funcionalmente delimitado (por exemplo: Skinner, 1969; Botomé, 1982), levando em conta as determinações gerais da espécie e do grupo, e as particularidades da história daquele indivíduo. Neste sentido, o comportamento é uma síntese de três histórias seletivas: filogenética, ontogenética e cultural. Este produto é construído por processos de variação e seleção, que se tornam história, no sentido interpretativo, no momento em que uma ocorrência comportamental é analisada. Em um comportamento, a incidência dos três processos é concomitante, provavelmente com variações de proeminência entre eles. Isto significa, em outros termos, que o comportamento humano tem os três determinantes concomitantes, mas não ocorre em nenhum destes níveis em particular. Mesmo porque não há níveis de comportamento, há apenas o processo comportamental. Os níveis são referentes às interações entre o comportamento e o ambiente. O ambiente age e retroage sobre o comportamento de maneiras diferentes, e por esta razão, mais especificamente sobre os tipos de interação e de onde elas vêm e como são produzidas, acabamos por delimitar estes três níveis distintos de variação e seleção. Desse modo, parece ser adequado interpretar o comportamento como o centro interativo das histórias, e não como pertencente a um nível específico, o ontogenético, como possa parecer alguns casos.

Estes três níveis, que acabam por ter um caráter muito mais proposicional do que empírico, do ponto de vista do autor, endossam o objetivo geral da Ciência do Comportamento nos moldes delimitados ao longo de sua história enquanto ramo de investigação psicológica, para além deles: A busca de um universal para o humano (Skinner, 1953/1965; Abib, 1985). Um universal que seria expresso em princípios fundamentais de

modificação e manutenção de comportamentos em relação ao ambiente funcionalmente delimitado para cada contingência em particular (Skinner, 1953/1965).

Um comportamento ocorre tendo uma parte de sua predisposição ou probabilidade relacionada à como a espécie humana foi sendo modificada e estabelecida ao longo das gerações; outra em torno das condições ambientais específicas para aquele indivíduo; uma terceira relacionada à como os indivíduos alteram as probabilidades das outras duas condições em grupo (Skinner, 1981). No limite, seguindo a mesma lógica propositiva, os níveis de variação e seleção só podem ocorrer subsidiados, substancializados pelo ambiente, sendo este último, sua expressão empírica.

Uma primeira compreensão sobre o que venha a ser cultura para Skinner não pode ser reduzida a um determinante do comportamento. Trata-se, primeiramente, de um produto do próprio comportamento dos indivíduos em grupo (Skinner 1969; 1971/2002; 1981). Mas de certo apenas um produto de comportamento não seria de importância tão crucial para a compreensão do humano. Uma canoa de determinado feito, uma ferramenta de forja única são produtos de comportamento, mas passam a interessar ao analista do comportamento no momento em que passam a ser ambiente para o comportamento dos indivíduos, caracterizando então a materialidade cultural na interpretação skinneriana: um arranjo de contingências e artefatos (Skinner, 1969, refere a objetos específicos de um grupo – forjas únicas, receitas e modos de construção e aprimoramento de itens –, códigos de vestuário, de conduta, contingenciamento específico de respostas, etc.).

A cultura, em sua noção de uso comum e não aquela a que Skinner se refere (mais especialmente nos últimos anos de sua produção), está caracterizada também pelos comportamentos em grupo, em si mesmos. Estes produtos não são suficientes para serem considerados um nível de interação com o comportamento para sua variação e seleção. Quando este contexto torna-se ambiente, funcionalmente relacionado ao comportamento,

então temos a cultura a que Skinner se refere em sua obra. Esta condição é diferente. Não são os produtos, não são as coisas, e não são as crenças de um determinado grupo de indivíduos. São as relações empreendidas por todas estas características com o comportamento dos indivíduos que estejam em contato com elas. Esta é a definição do nível que utilizamos neste estudo.

Do mesmo modo, e também de maneira mais simplificada, o código genético não pode ser sobreposto ao conceito de nível filogenético, este é o produto da interação, do nível em si mesmo. O repertório comportamental não é o nível ontogenético propriamente dito, ele é o produto deste nível. Para a cultura, é necessário compreender claramente a diferenciação de nível e produto de nível, nos termos das presentes proposições. Skinner (1988), em resposta dirigida a Marvin Harris⁶, aponta:

“If the evolution of a culture could be said to correspond to the evolution of a species, then the evolution of cultural practices corresponds to the evolution of eyes and ears and hearts and legs and wings”⁷ (Skinner, 1988, p. 47).

É a prática cultural que sobrevive, não o grupo (Skinner 1988). Isto poderia significar dizer que Skinner compartilharia do posicionamento da irredutibilidade do fenômeno cultural

⁶ Marvin Harris (1927-2001) foi um antropólogo norte americano considerado o maior expoente do Materialismo Cultural, tendo gerado também impacto na produção em Análise do Comportamento desde a década de 80 até recentemente. Este impacto deve-se, aparentemente, à proximidade alegada pelo próprio Marvin Harris ao pensamento Skinneriano, bem como a possibilidade de diálogo entre sua produção e a produção analítico-comportamental. A interação mencionada na citação a seguir é referente a um comentário que Harris teceu acerca do artigo skinneriano *Selection by Consequences*, como também o fizeram uma série de intelectuais na ocasião da republicação comentada do texto, originalmente um artigo do periódico *Science*.

⁷ “Se é possível dizer que a evolução de uma cultura corresponde à evolução de uma espécie, então a evolução de práticas culturais corresponde à evolução de olhos e orelhas e corações e pernas e asas”.

ao comportamento, bem como já havia demonstrado há muito seu ponto de vista de irreduzibilidade do fenômeno comportamental à fisiologia do organismo (Skinner, 1953/1965, por exemplo). Contudo, esta distinção, mais do que oferecer uma resposta ao problema, leva a novos questionamentos.

Algumas recentes interpretações acerca do fenômeno cultural, do ponto de vista da Análise do Comportamento têm identificado práticas culturais com um tipo de amálgama ou soma de comportamentos individuais, quando estes são mantidos ao longo do tempo, em termos de regularidades e repetições de certos padrões de comportamento. Aparentemente, este tipo de interpretação sobre o que venha a ser a unidade selecionada no nível cultural de variação e seleção, isto é, o produto do nível, está divergindo de supostos fundamentais do Behaviorismo Radical. Se esta interpretação não diverge, ela ao menos negligencia alguns aspectos importantes.

De chofre, o que Skinner compreende por práticas culturais não é simplesmente a soma ou manutenção de vários comportamentos semelhantes ao longo do tempo. Práticas culturais, do ponto de vista do nível de variação e seleção, são práticas culturais reforçadoras (Skinner, 1969; 1981; 1988, por exemplo). Esta distinção, apesar de aparentemente sutil, é importante para compreender que, no limite, Skinner se refere à manutenção de comportamentos por um ambiente culturalmente determinado. E, também, que ao falar de práticas culturais reforçadoras o autor está, na verdade, enfatizando a determinação do ponto de vista do comportamento e não de um conjunto deles. Práticas culturais reforçadoras aparecem como ambiente de comportamento, diferentemente de uma concepção de práticas culturais em geral, que poderia ser identificada com uma série de comportamentos pontuais. Além disso, também esta concepção é específica e diferenciada pois define, como no comportamento operante, que o determinante do comportamento é um tipo de ambiente, e não outro tipo de comportamento. Evidentemente, um dos aspectos que diferencia o ambiente

cultural do não cultural é o fato de ele ser também produto de comportamentos também. Mas é produto dele e não o próprio comportamento. Quando uma série de comportamentos pontuais está sendo mantidos ao longo do tempo em uma cultura, é assumido que existe um sistema de manutenção para estes comportamentos. Por este sistema de manutenção, compreenderemos práticas culturais reforçadoras.

A diferenciação entre práticas culturais e comportamento está de acordo com o sentido da interpretação skinneriana dos fenômenos comportamentais em geral. Quando a concepção de práticas culturais entra no texto do autor, é necessário compreendê-la como sendo observadas do ponto de vista do indivíduo que se comporta. A prática, estando considerada no nível cultural de determinação, está considerada também fora do perímetro individual.

Em outras palavras, quando falamos de práticas culturais reforçadoras, já estamos falando de produto selecionado de um nível específico. Como quando falamos de genes. Do ponto de vista de Skinner, só o condicionamento operante é evolução em progresso, e tanto o primeiro como o terceiro níveis de determinação só poderiam ser reconstruídos em suas ciências específicas, mas nunca ter seu processo de gênese observado (Skinner, 1969; 1988). Ainda que seja possível questionar o aspecto da impossibilidade de observação da gênese nos níveis filogenético e cultural, ao menos para uma parte de ambos os sistemas, a noção subjacente que se revela neste momento é a de que há dois processos distintos: um processo de gênese comportamental, e outro de estruturação de práticas.

É importante notar, contudo, que esse patamar especial ao comportamento operante, como locus de modificação, não foi erigido sobre os dois outros níveis de determinação. Ele está colocado do modo que está por suas próprias características, de tempo e plasticidade severamente diferentes das condições filogenética e cultural. Um homem que nasça no Brasil falará português e será *Homo Sapiens Sapiens*. Ambos, português e espécie, são mutáveis,

mas em tempos absolutamente diferentes daquele responsável por este mesmo homem tornar-se um escritor renomado, por exemplo.

Assim, uma delimitação importante do que seja cultura pode estar também no tempo de sua determinação. O tempo do nível filogenético é o tempo da espécie. Do ontogenético, do indivíduo. E da cultura, dos grupos e instituições (no sentido mais amplo desta noção – como, por exemplo, a noção de “agências de controle” presente em Skinner 1953/1965). A história de estabelecimento da Análise do Comportamento, em termos de seu método primordial de investigação, a análise experimental do comportamento, favorece que o tempo seja percebido como uma variável crítica no estabelecimento do conceito de comportamento operante⁸. Foi o tempo que serviu de crivo inicial para a delimitação do ambiente que seria considerado como relevante para a compreensão dos determinantes do comportamento em estudo.

O primeiro critério para criação experimental de um contexto ou estímulo discriminativo é o tempo de apresentação em relação à resposta que o organismo emite. Uma luz que apareça antes de um determinado esquema de reforçamento em uma caixa experimental cujo sujeito seja um rato, só será efetivamente sinalizadora da mudança de contingência sendo apresentada dentro de certa proximidade em relação à resposta (Skinner, 1938). Seja a resposta, exemplarmente, de pressão à barra seguida de obtenção de alimento. Suponhamos também que a luz seja sinalizadora, mais simplificada, da possibilidade de obtenção de alimento. Uma pelota por um movimento de barra. O parâmetro exato de quanto tempo antes da emissão da resposta a luz deverá ser apresentada pode ser difícil de delimitar. Contudo, seus extremos evidenciam o princípio em questão nesta discussão: dentro de alguns segundos certamente será efetiva. Ao passo que alguns minutos poderão ser muito para efetivamente relacionar esta apresentação de estímulo luminoso à pressão à barra.

⁸ Já em *The Behavior of Organisms* (Skinner, 1938, p.20), o autor pontua que compreender o tempo, como variável independente, significa procurar padrões ordenados de comportamento

2.2. DA PRODUÇÃO DA CULTURA: APONTAMENTOS E QUESTIONAMENTOS SKINNERIANOS

Ao buscar os textos mais iniciais de B. F. Skinner, onde possam ser formulados questões e posicionamentos pertinentes a sua definição madura de cultura, que só aparecerá nas últimas décadas de seu trabalho, é possível observar, já na década de 30, algumas considerações importantes. É o caso, por exemplo, da utilização da noção de variação de comportamento, certamente fundamental para compreensão de fenômenos culturais e que já tem formulado seu embrião cinquenta anos antes do texto seminal *Selection by Consequences*, de 1981. No artigo *On the conditions of elicitation of certain eating reflexes* (Skinner, 1930), o autor já faz uma afirmação relevante sobre o processo de variação, a saber: “*variability on the observed as against the predicted does not question the validity of a law if the variability is itself lawful*”⁹ (p.434). Esta noção, de notória importância para a compreensão dos fenômenos culturais, se faz presente desde o início da obra skinneriana que a coloca, não como algo fortuito e produto de relações espúrias, mas como produto da interação de variáveis independentes que aumentam ou diminuem a probabilidade de ocorrência de determinado comportamento (no caso do artigo mencionado, reflexo). Pois, ao seguir no mesmo parágrafo, Skinner diz:

“In this instance, for example, it should be possible, once having determined a measure of the ‘strength’ of these reflexes, to investigate the conditions under which this strength changes and to eliminate the variability by describing it in a further law. Moreover, under the assumption that a facilitating condition within the organism is

⁹ “variabilidade observada em contraposição à prevista não questiona a validade de uma lei se a variabilidade for ela mesmo legítima”.

responsible for the variability, the laws if the variability are, ipso facto, the laws of the facilitating condition”¹⁰ (Skinner, 1930, p.434).

Ou seja, a variabilidade, não está colocada como uma condição arbitrária ao comportamento, mas sim uma condição inerente à sua determinação. Mais precisamente, ao ser compreendida como uma condição inerente à sua determinação, a variabilidade também está relacionada diretamente ao ambiente do comportamento. No caso específico, a condição facilitadora (fome, por exemplo), que torna a variação possível, passa a ser compreendida como a própria condição de variabilidade. Mais do que isso, uma alteração na medida poderá alterar a própria concepção de variabilidade. Retomando o caso do exemplo, se forem consideradas as condições de alteração da força de um determinado comportamento (reflexo, no caso), a variabilidade já estará colocada na formulação nos termos da investigação das condições que alteram a probabilidade de ocorrência deste comportamento específico.

Este primeiro exemplo ilustra um ponto importante que deverá nortear toda a compreensão que será proposta neste estudo acerca da cultura (mais fundamentalmente, também acerca do comportamento), qual seja, que o comportamento é determinado, mesmo em sua variabilidade e que, desse modo, acusar uma dada interpretação sobre a cultura ou o comportamento de não contemplar a variabilidade intrínseca ao fenômeno é o mesmo que acusar esta interpretação de errar na proposição de sua medida. É pressuposto, no caso do Behaviorismo Radical, que o determinismo está dado, mas que pode ser obscurecido por medidas pouco rigorosas do comportamento, pois é “somente culpa do nosso método que não

¹⁰ “Neste caso, por exemplo, deve ser possível, uma vez tendo determinado uma medida da ‘força’ desses reflexos, investigar as condições sob as quais essa força é alterada e eliminar a variabilidade ao descrevê-la em outra lei. Além disso, sob o pressuposto de que uma condição facilitadora no organismo é responsável pela variabilidade, as leis de variabilidade são, ipso facto, as leis da condição facilitadora”.

possamos lidar diretamente com a correlação do comportamento como um todo e todas as forças agindo sobre o organismo” (Skinner, 1931, p.449)

E, a busca da medida para a compreensão integral do comportamento humano e a cultura em que este comportamento ocorre, em termos analítico-comportamentais passa, necessariamente, pelo mesmo caminho da explicação deste comportamento. A medida é o que torna possível a explicação e a interpretação do comportamento, e, uma medida condizente com os princípios e pressupostos do Behaviorismo Radical deve ser aquela que dê conta da atividade total do organismo, deste organismo como um todo. Afinal, “estamos interessados no que o organismo faz” e, pela concepção skinneriana das características desta disciplina científica, também devemos ser capazes de “descrever o evento não por si mesmo, mas em sua relação com outros eventos”, isto é, explicá-lo. Pois são estas “essencialmente atividades idênticas” (Skinner, 1931, p.448 – The concept of the reflex in the description of behavior).

Ainda sobre a medida do comportamento, é esta que torna possível a análise das condições determinantes do comportamento. A proposição de uma análise experimental do comportamento, expresso de outro modo, trata de selecionar “um tipo de atividade para medida e até onde for possível, suprimir todos os outros tipos” (Skinner, 1933, p.3). A correta adequação da medida poderá, então determinar o que até então poderia ser considerado variável (no sentido de espúrio), levando em consideração a variabilidade, de modo a identificar as variáveis independentes das quais o comportamento é função (Skinner, 1933).

Em 1937, ao apresentar pela primeira vez uma definição e/ou diferenciação da noção de comportamento operante, qual seja, o tipo de comportamento que não é eliciado por algum estímulo específico e tem suas unidades definidas após condicionamento, Skinner (1937) aponta, sobre a natureza dos dois tipos de comportamento (respondente e operante), que o aspecto essencial de definição é o tipo de relação estabelecida, de modo funcionalmente determinado, entre o que o organismo faz e o ambiente em que faz. A relação entre organismo

e ambiente é colocada em termos genéricos (Skinner, 1935), de modo que o próprio conceito de comportamento, e este em sua natureza, possam caminhar, ao longo do desenvolvimento do Behaviorismo Radical pelo século XX, para uma compreensão integral do homem.

É posicionamento deste estudo a compreensão de que os fundamentos para uma compreensão da cultura em termos analítico-comportamentais, em outras palavras uma hipotética Antropologia Behaviorista Radical, tem suas bases estabelecidas nestas relações genéricas, de força e determinação de ações específicas. Embora a concepção de comportamento, em especial o operante, tenha sofrido alterações em sua enunciação (Todorov, 2002, por exemplo), é parte deste posicionamento a compreensão de que as bases para os avanços ocorridos no campo de interpretação das culturas promovidos nesta disciplina não ocorreram *apesar* de um início raso de cujos conceitos e interpretações a área foi *sendo livrada*. É entendido que interpretações mais amplas e com potencial para contribuir para novas formulações no campo da compreensão do homem em sua cultura, ocorreram ou poderão ocorrer *devido* a estas bases, produzidas em um período de tateamento do fenômeno. Estas bases e posicionamentos iniciais não serão, desse modo, descartadas como superadas, mas, ao menos tentativamente, *somadas*, ou ainda *mantidas* ao longo de uma explicação e interpretação behaviorista radical da cultura. Por exemplo, já em 1935, Skinner exemplifica um tipo de problema interpretativo que certamente ainda está no cerne dos posicionamentos atuais sobre cultura no Behaviorismo Radical, a questão da delimitação de unidades.

“The generic nature of stimulus and response is in no sense a justification for the broader terms of the popular vocabulary. We may lay it down as a general rule that no property is a valid defining property of a class until its experimental reality has been demonstrated. This excludes a great many terms commonly brought into the

description of behavior. For example, suppose that it be casually observed that a child hides when confronted with a dog. Then it may be said, in an uncritical extension of the terminology of the reflex, that the dog is a stimulus and hiding a response. It is obvious at once that the word “hiding” does not refer to a unique set of movements nor “dog” to a unique set of stimulating forces. In order to make these terms validly descriptive of behavior it is necessary to define the classes to which they refer. It must be shown what properties of a stimulus give it a place in the class “dog” and what property of a response makes it an instance of “hiding” (It will not be enough to dignify the popular vocabulary by appealing to essential properties of “dogness” and “hidingness” and to suppose them intuitively known)¹¹ (Skinner, 1935, p.58).

O problema que aparece, portanto, é o procedimento para delimitação das unidades.

Esse processo ainda deve enfrentar a determinação das condições específicas do comportamento.

¹¹ “A natureza genérica de estímulo e resposta não é de modo algum uma justificativa para os termos mais generalistas do vocabulário popular. Nós podemos definir como regra geral que nenhuma propriedade é uma propriedade validamente definidora de uma classe até que sua realidade experimental tenha sido demonstrada. Isso exclui grande parte dos termos comumente trazidos à descrição do comportamento. Por exemplo, suponha que seja casualmente observado que uma criança esconde-se quando diante de um cachorro. Poderá, então, ser dito, por uma extensão acrítica da terminologia do reflexo, que o cachorro é um estímulo e que esconder é uma resposta. É evidente que a palavra “esconder-se” não se refere a um único arranjo de movimentos e nem “cachorro” a um único arranjo de forças estimuladoras. A fim de tornar esses termos descritores válidos do comportamento é necessário definir as classes as quais eles referem-se. É necessário demonstrar quais propriedades de um estímulo lhe dá lugar na classe “cachorro” e qual propriedade da resposta a torna parte de “esconder-se” (Não será suficiente legitimar o vocabulário popular apelando a propriedades essenciais de “cachorridade” e “escondidez” e supô-las conhecidas intuitivamente)”.

É também importante ressaltar que Skinner não rechaça, necessariamente, a existência deste tipo de propriedade, ou mais adiante em sua teoria sobre cultura, de estrutura (Skinner, 1988). A questão essencial é compreender como propriedade e estrutura apareceram ou estão mantidas no campo do comportamento. Quando identificamos a determinação do comportamento com algum aspecto específico do ambiente, e uma parte dela a um ambiente socialmente produzido, de gênese cultural, não é impossível ou equivocado, para o Behaviorismo Radical, considerar estruturas pré-existentes desta determinação (Skinner, 1988). É papel, contudo, do analista do comportamento, ao menos indicar uma possível gênese deste tipo de determinação, enquanto processo intrínseco à retrodeterminação do ambiente produzido por comportamento ao próprio comportamento. E, indicar a este processo em termos genéricos, identificando premissas e princípios fundamentais, como foi o caso na contingência comportamental individual.

Cada comportamento operante apresenta seus determinantes específicos, suas variáveis independentes. Sua explicitação ocorre em função de interesses específicos de pesquisa ou intervenção, mas o processo fundamental, os princípios e propriedades deste processo são abstraídos em uma concepção genérica de ambiente antecedente, resposta e ambiente subsequente ou consequência. Há requisitos para o enquadramento de porções do ambiente na primeira e terceira categorias, bem como para delimitação funcional do que é a resposta, sua classe.

Algo equivalente deveria ser possível do ponto de vista do homem comportando-se em grupo: quais as características fundamentais e/ou definidoras do ambiente social prévio e posterior a um comportamento específico?

Uma precaução que deve ser tomada é considerar que a distinção em níveis não é uma distinção de objeto. É uma distinção de variáveis. O objeto de estudo de uma Ciência e Filosofia do Comportamento Humano é o próprio comportamento (e suas variáveis

determinantes). Tendo em vista que a distinção em níveis seja então uma distinção de variáveis, é necessário compreender porque existem três distinções entre elas.

Já foi mencionada a distinção temporal entre os níveis, mas há também uma diferença de processo de produção de variáveis independentes para o comportamento. Variáveis de primeiro nível (filogenético) são produzidas pela história de variação e seleção da espécie. Estas variáveis, ou aspectos, já foram produzidos. Estão prontos desde o nascimento de um homem e não mudarão no curso de sua vida. Ele poderá, contudo, ser mais ou menos afetado por cada uma das características diferencialmente. A afeição diferenciada será determinada pela interação dos dois outros níveis (ontogenético, segundo; cultural, terceiro).

Variáveis de segundo nível são produzidas na história individual do homem. Este é o único nível em que de fato se encontra um processo em construção, relativamente aberto para virtualmente quaisquer possibilidades (sendo consideradas, evidentemente, as características já presentes pelos dois outros níveis). O homem produz esta história ao longo de sua vida e, por definição, ela não pode existir previamente, ainda que seja determinada também pela interação com as outras duas. Ele, o homem, será, inclusive, confundido com estas variáveis. É neste ponto em que se daria a identificação do homem com seu ambiente, com sua história, e a possibilidade de compreender-se como agente no mundo, ter sensações de interação e produção de si mesmo.

No terceiro nível de variação e seleção, pretensamente correspondente ao que poderíamos chamar de cultura, a produção das variáveis fica obscurecida. Os limites translúcidos entre a história individual e a cultural, e também entre a determinação filogenética e cultural dificultam a identificação precisa das peculiaridades deste nível. Certamente, o homem encontra sua cultura pronta, mas esta é dada pela interação dos homens e, por definição, será modificada ao longo de sua vida. A intensidade da mudança cultural

varia. Um homem pode modificar uma série de práticas culturais, incidir sobre seu meio e promover mudanças ambientais em larga escala, responsáveis pela alteração, também em larga escala, de comportamentos individuais. Um homem também pode incidir sobre seu meio e promover mudanças em grupos menores de indivíduos (família, colegas de trabalho) e, se essa mudança ficar restrita a este pequeno grupo, a definição de uma mudança cultural fica prejudicada. Também, um grupo de homens pode agir coordenadamente e incidir em seu meio de modo a promover uma mudança cultural. A ação coordenada, em grupo, também varia em intensidade. O objeto alterado pelas variáveis é o ambiente. O ambiente alterado é variável para o comportamento. O comportamento em execução altera o ambiente, que é variável para o comportamento.

Cultura pode ser um lócus de intersecção de variáveis que promovem variação e seleção, e neste sentido identificado como produto do nível de variação e seleção. A delimitação da unidade variante e selecionada é então o problema a ser resolvido quando se pretende estender o ponto de vista behaviorista radical para além do comportamento humano, indo possivelmente até uma estrutura que seja estabelecida culturalmente. Ao mesmo tempo, esta extensão não ocorrerá no nível empírico, uma vez que o comportamento é objeto primeiro desta filosofia e ciência. Ocorre saber então qual parte do ambiente poderemos chamar de cultura, e qual unidade que lhe dá sentido.

A cultura é parte do ambiente. Algo que esteja colocado para além do indivíduo, criado por ele, mas pela interação entre diferentes indivíduos. A cultura é, portanto, ambiente socialmente definido. Isto é, o meio pelo qual o ambiente é modificado é a ação de um grupo de pessoas ou de uma pessoa em resposta ao que foi produzido por um grupo de pessoas. A cultura, empiricamente, será sempre ambiente, será sempre uma parte dele. O processo de criação deste ambiente é então o que se possa chamar de contingências comportamentais em interação, identificadas ao que se denomina na tradição behaviorista de pensamento como

nível de variação e seleção. E, neste segundo caso, a cultura ganha duplo sentido sendo também um processo.

2.3. UMA PERSPECTIVA INTERPRETATIVA PARA A GÊNESE DO AMBIENTE SOCIAL

Considerando a análise da cultura no primeiro sentido, enquanto produto de um processo, o termo denominará o ponto ou parte do ambiente circundante e funcionalmente relacionado ao comportamento humano que seja definido pelas ações sociais do homem.

Se um homem define seu ambiente em função de variáveis presentes em sua história de vida, trata-se do ambiente ontogeneticamente definido. Se este mesmo homem produz o ambiente por variáveis produzidas por outros homens em conjunto, de um modo que afete semelhantemente o comportamento de todas as pessoas envolvidas neste grupo específico, aí estaremos diante de um aspecto cultural de determinação.

Uma cultura não pode ser definida por um único homem. Tampouco, o comportamento social será, necessariamente, cultura. Retomando um fundamento do comportamento operante (Skinner, 1953/1965), quando o comportamento do indivíduo se dá em interação com outros indivíduos, estes indivíduos estão agindo também de acordo com suas histórias individuais. E a soma de histórias individuais não poderá ser equivalente a uma cultura. Deste ponto de vista, portanto, a cultura deve ser a parte do ambiente que esteja subjulgada ao comportamento de indivíduos, mas que não possa ser reduzida ao comportamento desses indivíduos e, tampouco, às histórias individuais de cada um deles. A cultura será produtora das histórias individuais também. E, enquanto produtora de comportamentos, só poderá então ser compreendida como ambiente. Sendo então a cultura, ambiente para emissão de comportamentos, ou melhor, sendo a cultura então, ambiente

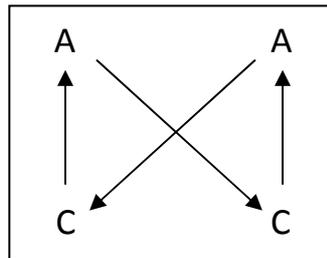
funcionalmente relacionado ao comportamento humano de pessoas em grupo, resta saber como se dá essa relação aparentemente cíclica.

Um indivíduo nasce e encontra sua cultura pronta. Ele não será, de imediato, agente transformador dessa cultura. Será, ao menos inicialmente, um “interator”. “Interator”, pois receberia as determinações de comportamento que advindas de um ambiente complexo, em que parte seria cultural.

Faz-se importante, neste momento, explicitar a definição de comportamento social e suas implicações. Para Skinner (1953/1965) comportamento social é o comportamento no qual estão relacionadas duas ou mais pessoas, reciprocamente ou agindo sobre um ambiente comum. Também, em termos um pouco mais operacionalizados, é possível definir a contingência social como aquela em que pelo menos uma segunda pessoa faz parte do contexto antecedente, da resposta (em grupo, neste caso), ou do contexto subsequente ou consequência (Guerin, 1994). Ainda, o comportamento social apresenta algumas propriedades especiais, diferenciando-o dos outro tipo de comportamento, por exemplo velocidade e força, sendo estas diferenças então creditadas à própria diferença existente entre um ambiente formado por objetos e um ambiente formado por pessoas (Guerin, 1994).

Tendo em vista essa definição, é importante compreender que, mesmo quando duas pessoas interagem, para cada contingência individual, é necessário considerar um ambiente prévio e posterior à emissão de resposta, e não uma interação direta entre comportamentos. Essa talvez seja uma diferença sutil, afinal a resposta de um indivíduo pode ser ambiente para a resposta de outro, mas essa compreensão é necessária para serem mantidos os princípios envolvidos com uma análise behaviorista radical. Mais especialmente, quando falamos de seleção, que necessariamente é empreendida pelo ambiente. A interação entre o que seleciona e o que é selecionado, por definição, ocorrerá quando o que seleciona for ambiente para o que é selecionado, isto é, há uma definição funcional de ambiente não sendo este apenas um

conjunto de fatores circundantes do indivíduo mas um conjunto de fatores funcionalmente ligados à determinação de seu comportamento. Neste sentido, esquematicamente: comportamento (C) determina ambiente (A) que determina comportamento e essa interação é contínua e mutuamente definida (Quadro 1).



Quadro 1. Representação esquemática da determinação contínua e mútua de ambiente (A) e comportamento (C).

E, dando palavra a Skinner, “nós não mais olhamos para comportamento e ambiente como coisas ou eventos separados, mas para as inter-relações entre eles. Nós olhamos para contingências de reforçamento” (Skinner, 1971/2002, p.10). E, ao falar de contingências de reforçamento, nós nos colocamos novamente diante do ponto de vista selecionista para uma interpretação da gênese do ambiente social: o que é selecionado é aquilo que se apresenta como dado. É possível compreender que aquilo que aparece no contexto social é aquilo que sobreviveu, nos mesmos moldes da sobrevivência dos indivíduos em uma espécie, ou a manutenção de um comportamento em um repertório individual.

“Of course I do not say that societies are ‘real entities with goals and needs of their own distinct from those of their members’ except in

the sense that a social environment is distinct from the individuals whom it affects”¹² (Skinner, 1988, p.45, em resposta a Hallpike).

Com relação à questão da sobrevivência das culturas, Dittrich (2004) aponta que a mesma só pode ocorrer quando os organismos submetidos às contingências sociais determinadas sobrevivem sendo este um fator necessário, mas não suficiente para a sobrevivência das culturas. Ademais, o autor coloca uma questão: “seria a ‘morte’ de *práticas culturais* algo necessariamente ruim para as chances de sobrevivência genética dos *membros da cultura* – ou mesmo da cultura enquanto *conjunto variável* de prática?” (p.241, grifos do autor). Ao dar continuidade à sua argumentação, o autor exemplifica que a “morte” de uma prática pode resultar numa cultura fortalecida:

“um regime democrático de governo pode substituir um regime autocrático; práticas de tortura podem ser reprimidas, e o respeito aos direitos humanos, estimulado; a utilização de fontes de energia poluentes pode ser combatida, e práticas de controle ambiental podem ser fomentadas; empreendimentos competitivos podem ser evitados e o trabalho voluntário, promovido” (Dittrich, 2004, p.242).

Ainda de acordo com Dittrich (2004), o caráter fortalecedor destas práticas está ligado às contingências de sobrevivência em atuação numa dada cultura, bem como à relação destas contingências com as práticas, de modo que o valor de sobrevivência é alterado segundo as condições vigentes. Skinner, ao definir a sobrevivência das culturas como valor, subentende

¹² “É claro que eu não digo que sociedades são ‘entidades reais com objetivos e necessidades próprias distintas daquelas de seus membros’ exceto no sentido que um ambiente social é diferente dos indivíduos os quais são afetados por ele”.

uma cultura como sendo um conjunto dinâmico de práticas; “práticas culturais estão ‘agrupadas’ em culturas, assim como genes estão ‘agrupados’ em organismos” (Dittrich, 2004, pp.245-246) ou, de maneira mais adequada, cromossomos. Mais especificamente, sobre a noção de “força” (*strength* – em inglês, no original) de uma cultura, ela “depende substancialmente dos resultados” (Skinner, 1969, p.19). É também neste sentido, dos resultados de uma cultura, e substancialmente de suas práticas, que compreendemos as práticas como práticas culturais reforçadoras, como ambiente de comportamento.

Uma questão pertinente, diante da proposta de compreender as culturas pelo Behaviorismo Radical, parece *ser identificar a relação funcional de cada instância que as determinam (comportamentos individuais, ações em grupo, consequências das ações, estímulos presentes) com seus produtos, efeitos e/ou resultados*. É possível colocar esta questão nestes termos uma vez que Skinner compartilha de uma interpretação de mundo que observa *relações constantes* e não de *causa e efeito* (Prado Júnior, 1981), sem a proposição de uma ontologia especial para a cultura (De Castro & De Rose, 2008). Especificamente, sobre as possíveis relações funcionais, o tema será tratado no Capítulo 3. A identificação das unidades culturais variantes e selecionáveis

2.4. O DETERMINISMO CULTURAL PARA O IGUAL E PARA O DIFERENTE: UM PONTO NEGLIGENCIADO

Até este ponto, tratamos essencialmente de questões concernentes à verificação de padrões de reforçamento, em termos de sua determinação cultural. Por estes padrões de reforçamento, podemos compreender um padrão de contingências socialmente delimitadas (Skinner, 1969, por exemplo). Até aqui, então, conseguimos dar conta dos padrões, do que se faz de semelhante em uma cultura. Porém, para uma perspectiva de determinismo estrito do

comportamento humano, compartilhada por este estudo, todas as ocorrências têm de ser potencialmente explicáveis pelos mesmos princípios. Sendo assim, a esta perspectiva de interpretação cultural, baseada no Behaviorismo Radical skinneriano, está colocado também o desafio de propor compreensões também para os aspectos divergentes de comportamento culturalmente determinado.

Do ponto de vista interpretativo do presente estudo, o início para esta compreensão já foi dado ao destacar que desde os primeiros textos da obra de Skinner (1930, por exemplo), a noção de variabilidade está presente no comportamento humano. O ponto central aqui é vislumbrar, ao menos, um caminho para uma interpretação determinística da cultura, como é compreendido que deveria ser o caso em uma análise comportamental.

Os avanços que têm sido obtidos, a fim de estabelecer uma possibilidade de interpretação comportamental do fenômeno cultural, têm ocorrido tanto do ponto de vista teórico e conceitual (por exemplo, Dittrich & Abib, 2004; Todorov, 2002; Martone & Todorov, 2007; De Castro & De Rose, 2008; Melo; 2008) quanto pela condução de experimentos de condições análogas e correlatas às sociais (por exemplo, Vichi, Andery & Glenn, 2009). Estes estudos têm obtido dados e formulações relevantes acerca da determinação cultural, mas parece haver certa negligência acerca da variabilidade e da diferença, quando na busca pelo padrão cultural.

Por exemplo, Sampaio e Andery (2010), apontam, dentro de uma série de características para o comportamento e as contingências sociais, que a fonte de consequências – o indivíduo – “não responde de modo tão ‘confiável’ quanto o ambiente físico. Além do mais, diferentes esquemas intermitentes geram diferentes padrões de comportamento, explicando em parte a variabilidade das ações mantidas por tais esquemas” (Sampaio & Andery, 2010).

Neste exemplo, é possível perceber que a variabilidade cultural acaba sendo compreendida de modo diferente da presente proposta. Inicialmente, a variação do agente fonte da determinação do comportamento, para o comportamento social, não implica necessariamente em variação de controle. O controle está dado uma vez que o comportamento está ocorrendo. E comportamentos sociais apresentam condições de controle absolutamente “exacerbadas”, no tocante aos seus efeitos jamais conseguidos por outros tipos de determinação (por exemplo, no caso dos mártires. Veja, por exemplo, Guerin, 1994).

“A seleção é criativa” (Skinner, 1988) e por isso, compreender que um comportamento está presente, socialmente ou não, passa por compreender quais as condições de variação deste comportamento. Uma abordagem que confira status de erro ou acaso à variação parece estar, ao menos em parte, fora dos limites do behaviorismo radical. É parte do desafio do cientista dessa área, explicar também seu dado discrepante, em termos de sua determinação.

2.5. UMA PROPOSTA DE DEFINIÇÃO SKINNERIANA DE CULTURA – UM PRIMEIRO PASSO

Retomando a epígrafe deste capítulo, como um desafio para a Análise do Comportamento e o Behaviorismo Radical: no que estas áreas podem contribuir para a objetivação do conceito de cultura, e seria esse procedimento necessário?

Pela história de desenvolvimento da área, e pelos argumentos apresentados até aqui, é posicionamento deste estudo que sim, haja ferramental teórico para objetivar e operacionalizar um conceito subjacente às interpretações culturais.

Cultura é ambiente social do comportamento. Isto significa dizer, a parte do ambiente, determinada socialmente, pela interação de mais de uma pessoa agindo conjuntamente, preservada no tempo superior a o de um operante, relacionada a operantes de organismos diferentes da mesma espécie, cuja produção ou correlação funcional foi possível somente pela

ação conjunta de dois ou mais organismos (em termos de encadeamento de contingências comportamentais). Sendo assim, o som de uma palavra, uma prática difundida em um grupo, um artefato, uma regra podem ser cultura ou não. Serão a depender do estabelecimento de critérios específicos que permitam sua função no meio de seleção cultural. Estes fragmentos e produtos de interação selecionam respostas. Isto é a cultura para Skinner, do ponto de vista interpretativo do presente estudo.

A culture is not the behavior of the people 'living in it'; it is the 'it' in which they live – the contingencies of social reinforcement which generate and sustain their behavior. (...) To record what the people in a culture do is an important step – but only a first step – in discovering why they do it. (...) More subtle contingencies may go unsuspected for long time. They are nevertheless the principal subject matter of anthropology and sociology”¹³ (Skinner, 1969, p.13, destaque adicionado).

Compreender, então, que a base para a interpretação da cultura por Skinner não está no que as pessoas fazem, mas sim no efeito disso, como ambiente (*it*), para o comportamento operante em geral só possibilita um primeiro passo para o debate. É necessário compreender como este ambiente gera e também como mantém ou sustenta o comportamento. Será necessário compreender também, qual o processo de “mutação” cultural (Skinner, 1969;

¹³ “Uma cultura não é o comportamento das pessoas ‘vivendo nela’; é o ‘ela’ no qual vivem – as contingências de reforçamento social que geram e mantém comportamento. (...) Registrar o que as pessoas fazem em uma cultura é um passo importante - mas só um primeiro passo – para descobrir o porquê elas fazem. (...) Contingências mais sutis podem passar insuspeitadas por muito tempo. Elas são, contudo, o principal objeto da Antropologia e Sociologia”.

1971/2002). Sendo este um ambiente construído pelo homem em sociedade, qual é o procedimento de seleção e quais são as unidades selecionáveis?

Do ponto de vista deste estudo, este será um caminho com potencial para o desenvolvimento da área. É compreendido enquanto uma possibilidade interpretativa, que não se pretende finalizada. E o próximo passo para a análise de sua viabilidade será analisar verticalmente os conceitos que estariam potencialmente assentados sobre essa proposição de cultura. E a verificação de sua adequação ou não e as razões para tal. Ao final, é esperado que tenha sido possível definir apropriadamente as propriedades subjacentes, ao nível mais genérico possível (como definido em Skinner, 1935), para que o espaço seja aberto ao diálogo com outras áreas do conhecimento que tenham contribuições interpretativas dos fenômenos de interesse.

Ainda que estejamos considerando este caminho adequado, nos termos do aproveitamento do diálogo com outras áreas do conhecimento, para uma pretensa interpretação cultural skinneriana, é possível também que estejamos tentando cruzar pontes bloqueadas. Análises pontuais para cada tentativa parecem ser necessárias e atenção especial a um início deste tipo de empreendimento será dada no Capítulo 4.

O acesso a estas áreas de conhecimento parece ser importante para a continuidade do trabalho, sob a pena de, ao não considerá-las, negligenciar conceitos e metodologias condizentes com esta disciplina e que poderiam favorecer o desenvolvimento almejado. Ou, em outras palavras, é arriscada a escolha, estrategicamente improdutiva, de se abandonar “quase tudo que se sabe sobre um fenômeno em troca da promessa de entendê-lo” (Sahlins, 1997a, 1997b – sobre as explicações funcionalistas da cultura).

CAPÍTULO 3

A IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES CULTURAIS VARIANTES E SELECIONÁVEIS

Considerando o ponto de vista explicitado no capítulo anterior de compreensão da cultura como ambiente social de comportamento segue, como passo necessário, a delimitação de quais unidades seriam então variantes e selecionáveis. Ao falar, em 1955, de sistemas de controle de comportamento que antes (Skinner, 1953/1965 – *Science and Human Behavior*) já havia denominado agências de controle, Skinner aponta:

“Governmental, religious, educational, economic, and social reforms follow a common pattern. Someone believes that a change in a cultural practice – for example, in the rules of evidence in a court of Law, in the characterization of man’s relation to God, in the way children are taught to read and write, in permitted rates of interest, or in minimal housing standards – will improve the condition of men: by promoting justice, permitting men to seek salvation more effectively, increasing the literacy of people, checking an inflationary trend, or improving public health and family relations, respectively. The underlying hypothesis is always the same: that a different physical or cultural environment will make a different and better man¹⁴” (Skinner, 1955/1999b, p.4, destaques adicionados)

¹⁴ “Reformas governamentais, religiosas, educacionais, econômicas e sociais seguem um padrão comum. Alguém acredita que uma mudança em uma prática cultural – por exemplo,

Os exemplos de práticas culturais não são comportamentos, são estruturas de ocorrência de comportamentos que não poderiam ser compreendidas apenas com foco em uma unidade comportamental. Bem como é importante, especialmente para a argumentação presente neste trabalho, notar que as práticas são referidas como estruturas ambientais.

Para identificação de variáveis em termos analítico comportamentais, o processo histórico que foi desenvolvido foi, inicialmente, o da identificação de covariantes, seguidos da identificação das propriedades para os covariantes que poderiam explicar esta covariação e então propor a razão epistemológica para a relação funcional.. O clássico caso do comportamento supersticioso (Skinner, 1948/1999a) indica a processo pelo qual a diferença entre covariação e função se faz evidente.

Seria então necessário considerar quais as propriedades para delimitação de uma variável cultural. Em outras palavras, que porção do ambiente pode ser compreendida como agindo unitariamente, como unidade comportamental para este caso. Decerto, a identificação dessas variáveis também será necessariamente genérica (Skinner, 1935), a fim de conseguir encontrar a abrangência explicativa necessária ao tipo de fenômeno sendo estudado. Propriedades como frequência, por exemplo, que são propriedades comportamentais e especialmente de segundo nível de variação e seleção não parecem ser do mesmo tipo de propriedades necessárias à determinação em terceiro nível. Quais então seriam essas propriedades?

nas regras de evidência em uma corte de justiça, na caracterização da relação do homem com Deus, na maneira como crianças são ensinadas a ler e escrever, nas taxas de juros permitidas, ou em padrões mínimos de construção civil – irá melhorar a condição humana: pela promoção de justiça, ao permitir aos homens buscar salvação mais eficientemente, pelo aumento do letramento na população, verificando uma tendência inflacionária, ou melhorando a saúde pública e as relações familiares respectivamente. A hipótese subjacente é sempre a mesma: que um ambiente físico ou cultural diferente produzirá um homem diferente e melhor”.

Inicialmente, propriedades físicas; como também ocorre com o comportamento ao ser analisado o efeito da história individual (segundo nível de variação e seleção). Certo tipo de terra arável pode modelar certo tipo de plantio: sendo mais firme acabará demandando a criação de uma ferramenta de estrutura mais forte, ao passo que sendo mais arenosa seria possível trabalhá-la com alguns outros tipos de ferramentas menos resistentes. Soma-se a este tipo de propriedade física, a propriedade física do ambiente social. Se um tipo de metal é considerado valioso (ouro, p.ex.) e fica sob guarda de grupo específico que não o concederá para este fim, a ferramenta precisará ser confeccionada com outro material. Uma vez que, do ponto de vista analítico comportamental, estamos interessados em compreender as ocorrências de cada comportamento, precisamos então compreender por que um determinado comportamento ocorre com as propriedades específicas que ocorre.

É possível ainda que as propriedades sociais sejam definidas em cada subgrupo de cultura, não sendo possível identificá-las a priori. Quando, inicialmente, certo tipo de terra promove certo tipo de arado e tratamento dessa terra para cultivo, sem sanções e interdições criadas socialmente, é possível pensar que não estejamos lidando com o ambiente cultural. E, nesse sentido, haveria uma relação de modelagem comportamental sem que fosse necessário supor outras condições. Mas, quando o plantio se torna específico o suficiente para ser ensinado, certamente estamos lidando com o terceiro nível de variação e seleção. E não no sentido de cada comportamento individualmente, mas no sentido de uma estrutura repetida que se mantendo ao longo do tempo acaba contingenciando comportamentos dos indivíduos.

Em todos os casos, sempre lidamos com o comportamento, e comportamento sempre é individual e único, em ocorrência discreta. Ao lidar com o terceiro nível de variação e seleção, estamos lidando com outro tipo de problema: um conjunto de variáveis. Estamos lidando com uma estrutura, uma rede mantida independente de quem está se comportando, pois ela é mantida no grupo e não individualmente. O comportamento individual aparece

como uma das sustentações necessárias ao todo da rede, mas somente uma delas, e não a única e certamente não sendo a definidora. Em algum ponto do desenvolvimento de uma cultura, certo conjunto de práticas a acaba por ser constituído de tal maneira que se torna funcionalmente autônomo do comportamento, mantendo o comportamento também, mas sem depender dele. Essa explicação é necessária para compreender que, de agora em diante no capítulo, essa estrutura é que será alvo de análise e não o comportamento. Quando este for invocado para a análise será no sentido de produto desta estrutura.

Por exemplo: ao longo de séculos, uma série de modificações educacionais passaram pela sociedade ocidental, conteúdos programáticos foram alterados, disciplinas novas foram adicionadas, outras deixaram de ser lecionadas, governantes e posturas políticas mudaram, houve guerras, houve mudança de sistema econômico-financeiro, mas todos os alunos ainda estão sendo ensinados em uma carteira, olhando para uma lousa em que o professor passa o texto para ser compreendido (variações sutis tecnológicas como projetores multimídia não alteram a estrutura).

Neste exemplo, a estrutura de funcionamento de um determinado grupo se mantém independente de quem está se comportamento, do comportamento específico em cada momento, e produz uma maneira peculiar de automanutenção de modo que seja praticamente inviável, hoje, empreender uma modificação imediata em um sistema de ensino a ser implementado que não produza estes tipos de comportamento.

Assim, a estrutura de repetições de comportamento, independente das ocorrências discretas e dos organismos que os emitem, é definidora de um sistema: são contingências. De outro modo, porém, o sistema só se evidencia quando analisados os comportamentos específicos que ocorrem nele: pois esta é sua matéria. Um sistema estrutural não existiria sem que houvesse ocorrências discretas de comportamento por ele determinadas.

Assim, há pelo menos uma interação e dois subníveis quando tratamos de cultura, quais sejam: a interação entre estrutura de funcionamento comportamental e o comportamento discreto, um sendo ocorrência do outro e o segundo sustentador do primeiro. E, para fins de compreensão, entende-se que comportamento social e estrutura comportamental cultural sejam dois subníveis distintos. Isto pois, em definição, um comportamento social nos termos da Análise do Comportamento pode ocorrer com o indivíduo sozinho (Guerin, 2001a), mas uma estrutura comportamental, como está sendo sugerido aqui, ocorrerá ou será repetida com mais de um indivíduo se comportando.

3.1. O CASO DAS METACONTINGÊNCIAS.

O caminho construído por Skinner ao longo de seu desenvolvimento teórico aponta, em vários momentos, para uma seleção cultural de comportamentos análoga às seleções natural e ontogenética, sendo então estes também os três níveis seletivos. É possível destacar, por exemplo:

“We produce cultural ‘mutations’ when we invent new social practices, and we change the conditions under which they are selected when we change the environments in which men live”¹⁵ (Skinner, 1969, p.46).

“A culture, like a species, is selected by its adaptation to an environment: (...) the two kinds of evolution are closely interwoven. The same people transmit both a culture and a genetic endowment – though

¹⁵ “Nós produzimos ‘mutações’ culturais quando inventamos novas práticas sociais, e nós mudamos as condições sob as quais elas são selecionadas quando mudamos os ambientes nos quais homens vivem”.

in very different ways and for different parts of their lives”¹⁶ (Skinner, 1971/2002, p.129).

Considerando este tipo de analogia, Sigrid Glenn, em 1986, propôs o conceito de metacontingência com o objetivo de produzir ferramental teórico para a interpretação de fenômenos culturais sob um viés analítico-comportamental. O conceito representa avanços na abrangência interpretativa da análise comportamental da cultura, sendo um marco para a área (Todorov, 2006). Todavia, a pertinência e adequação conceituais das metacontingências à Análise do Comportamento ainda são alvo de controvérsia (Gusso & Kubo, 2007, por exemplo).

A formulação teórica acerca das metacontingências tem sofrido sensíveis e significativas modificações desde sua formulação inicial em meados dos anos oitenta (Glenn, 1986/2005). Metacontingência, nesta primeira tentativa, seria “a unidade de análise que descreve a relação funcional entre uma classe de operantes, cada operante possuindo sua própria consequência imediata e única, e uma consequência em longo prazo comum a todos os operantes que pertencem à metacontingência” (Glenn, 1986/2005, p.14). Três anos mais tarde (Glenn, 1989), um novo componente é adicionado à definição funcional das metacontingências – o ambiente selecionador –, sendo essas as relações estabelecidas entre contingências comportamentais entrelaçadas e o ambiente selecionador. Cinco anos após a primeira formulação e dois após a inclusão do ambiente selecionador (Glenn, 1991), os termos da metacontingência são apresentados mais uma vez de modo diferenciado e relação ao que já havia sido definido. Uma metacontingência faria referência não mais a comportamentos operantes ou seus entrelaçamentos, mas às práticas culturais e seus produtos.

¹⁶ “Uma cultura, como uma espécie, é selecionada por sua adaptação a um ambiente (...) Os dois tipos de seleção são estritamente relacionados. As mesmas pessoas transmitem ambas - a cultura e a herança genética – embora por meios muito distintos e por diferentes partes de suas vidas”.

Vale ressaltar neste caso que ao falar de práticas culturais a autora remete à noção de que essas sejam um conjunto determinado de comportamentos. E mesmo considerando que as relações funcionais presentes em uma metacontingência são derivadas das relações funcionais presentes nos comportamentos operantes, as primeiras não poderiam ser reduzidas às segundas. Sobre este tipo de relação funcional presente nas metacontingências, uma maneira de especificá-las pode ser encontrada em Glenn & Malott (2004): “metacontingências são relações entre a demanda por produtos agregados e contingências comportamentais entrelaçadas que os produzem” (p.118). Essa formulação de 2004, mais explorada dois anos depois (Glenn & Malott, 2006), implica também em uma reconceituação na qual a metacontingência deixa de ser o processo primário que descreveria as propriedades dinâmicas das práticas para ser o processo primário que descreveria as propriedades dinâmicas de organizações (Houmanfar, Rodrigues & Ward, 2010).

“The relation between the re-occurrences of the interlocking operant contingencies/their aggregate products and the maintaining inputs is a metacontingency. We call it a metacontingency for two reasons: it involves contingent relations analogous to those in an operant contingency and it contains many operant contingencies within itself”¹⁷ (Glenn & Malott, 2006, p.38)

Organizações seriam, para as autoras, entidades culturais análogas a uma “linhagem biológica”, tendo como característica definidora as repetidas gerações de eventos; eventos

¹⁷ “A relação entre recorrências das contingências operantes entrelaçadas / seu produto agregado e os inputs mantenedores é uma metacontingência. Nós a chamamos metacontingência por duas razões: ela envolve relações contingentes análogas àquelas em uma contingência operante e ela contém muitas contingências operantes nela mesma”.

estes selecionados pelos ambientes específicos. Haveria uma relação contingente fora da própria contingência que, pela ocorrência de *inputs* mantenedores faria com que um produto agregado fosse gerado pelo entrelaçamento de contingências comportamentais. O ambiente selecionador define a recorrência de entrelaçamento.

Houmanfar e Rodrigues (2006), analisando a consistência da analogia proposta entre metacontingências e contingências comportamentais, propuseram que essa poderia estar descontinuada uma vez que afirmar que contingências comportamentais entrelaçadas são selecionadas seria equivalente a afirmar, para as contingências comportamentais, que a atividade fisiológica e não a resposta comportamental é selecionada. A questão principal seria a confundir diferentes níveis de análise na proposição de uma unidade. No sentido de sugerir uma adequação da analogia, com a proposta de preservá-la, os autores indicam a modificação dos três termos da metacontingência a fim de manter, nestes análogos, características importantes dos três termos da contingência comportamental.

Antecedente e consequência para a contingência comportamental são ocorrências ou eventos ambientais. Para Houmanfar e Rodrigues (2006), a definição de Glenn e Malott (2004) tem como primeiro termo da metacontingência as contingências comportamentais entrelaçadas, como segundo o produto agregado e o terceiro seria o sistema receptor. Desse modo, é possível notar que somente o terceiro termo da metacontingência seria efetivamente uma ocorrência ambiental. Desse modo, os autores sugerem que o primeiro termo da metacontingência, o antecedente, seja o meio cultural (*cultural milieu*, em inglês no original) promotor de condições para “ocorrência” do produto agregado. Da maneira como foi proposta, essa substituição acarretaria em uma expansão do contexto antecedente, não estando esse limitado às contingências comportamentais entrelaçadas e também abrangendo condições naturais, crenças, contingências verbais, etc. Arranjados e definidos desta maneira os três termos da metacontingência estariam no mesmo nível de análise: o cultural.

A retificação dos termos da metacontingência do ponto de vista de Houmanfar & Rodrigues (2006) parece ter sido produzida com justificativas correlatas àquelas encontradas na hipótese de Todorov, Moreira e Moreira (2005) de que o entrelaçamento de contingências não faria parte da definição de uma metacontingência, mas da análise de uma unidade específica.

De todo modo, é possível compreender que nas definições de Glenn e Malott (2004; 2006) o proposto primeiro termo da metacontingência (entrelaçamento de contingências comportamentais) faça parte também do terceiro nível de variação e seleção do comportamento, nos moldes como estes níveis foram propostos por Skinner. Especialmente, do ponto de vista do presente estudo, o entrelaçamento poderia ser compreendido como parte de uma estrutura ambiental correlacionada mas não subsumida às contingências comportamentais operantes. Recorrendo a Skinner para melhor fundamentar esta proposição, em 1969 o autor menciona que um “bom” *design* cultural seria “um arranjo de contingências de reforçamento sob o qual membros se comportam de maneiras que mantém a cultura (Skinner, 1969, p.41, destaque adicionado). Em 1971, aparece a sugestão de que “contingências são arranjadas por outras pessoas. Elas são, de fato, o que é chamado de cultura, embora o termo seja usualmente definido de outras maneiras” (Skinner 1971, p.127, destaque adicionado). Também, na mesma obra, Skinner enfatiza que cultura seja um “um arranjo [*set*, em inglês no original] de práticas” (Skinner, 1971/2002, p.131). Sendo considerada esta perspectiva de que um arranjo ou entrelaçamento de contingências em um dado grupo seja compreendido como ambiente sob o qual os membros do grupo se comportam, é possível caracterizar estes arranjos ou entrelaçamentos como sendo parte do terceiro nível de variação e seleção. Por esta razão, definir que contingências comportamentais entrelaçadas sejam o primeiro termo de uma metacontingência pode não ser

incoerente com posicionamento analógico em relação à contingência operante, ao contrário do que sugerem Houmanfar e Rodrigues.

Contudo, há sim do nosso ponto de vista uma incoerência não apontada pelos autores e que surge abrigada sob o direcionamento determinista do Behaviorismo Radical. Em uma contingência comportamental operante o termo selecionado é o segundo e não o primeiro (como parece ser o caso nas propostas elencadas anteriormente de Glenn e Malott). Em uma metacontingência Glenn sugere que contingências comportamentais entrelaçadas sejam selecionadas e essas seriam seu primeiro termo (Houmanfar & Rodrigues, 2006). A questão com a ordem do termo selecionado em uma metacontingência poderá ser explicitada também pela afirmação de Glenn e Malott (2006) de que uma metacontingência “envolve relações contingentes análogas àquelas em uma contingência operante”. Portanto, sendo as relações entre contingência e metacontingências análogas, o termo selecionado, analogamente, seria o segundo e não o primeiro. E isto, para além da simples analogia, devido ao fato de que é necessário que sejam potencialmente identificáveis ambientes antecedente e subsequente a uma ação já que é neles que resta a possibilidade de identificação dos determinantes dessa. A contingência de reforçamento “ênfatisa a relação de classes de estímulos que ocorrem após a apresentação das classes de resposta com um aspecto destas classes de respostas: a sua probabilidade de ocorrência definidas” (Botomé, 1982).

Ao substituir o primeiro termo da metacontingência por meio cultural (Houmanfar & Rodrigues, 2006) ele não ganha especificidade semelhante àquela que o estímulo apresenta para a contingência operante (considerando que um estímulo seja um evento correlacionado funcionalmente a uma resposta ou classe de respostas – Skinner, 1953/1965, entre outros). Afirmar que o primeiro termo é inespecífico significa dizer que falta conhecer-lhe as propriedades, características ou eventos que estejam relacionados funcionalmente com o aumento da probabilidade de “emissão” de um produto agregado (então, segundo termo da

metacontingência, do modo como Houmanfar e Rodrigues definiram). As modificações propostas por estes autores para a definição de metacontingências efetivamente trazem para o foco do debate aspectos analógicos importantes, mas ainda seria necessário especificar quais aspectos, características ou eventos do “meio cultural” estariam funcionalmente relacionados com o produto agregado. Especificar estas relações seria algo somente possível sendo considerada a análise particular de uma metacontingência, não sendo possível, evidentemente, identificar tais aspectos de um modo generalizável à definição conceitual do termo no sentido de postular categorias funcionais possíveis dos meios culturais.

Ao ser retomada a questão da analogia, para o terceiro termo da metacontingência, é possível notar que o processo seletivo parece estar sendo retratado de maneira equivocada ao ser considerado esse termo como sendo um “sistema receptor” (ainda que como parte do ambiente). Mesmo a noção de seleção das respostas pelas consequências estando presente neste caso, um *agente selecionador* não está definido como “sendo” a consequência. Em uma contingência comportamental operante as consequências são descritas e compreendidas como eventos e não como agentes – ainda que promotores destes eventos.

Sendo considerado o seguinte exemplo de um episódio verbal hipotético: a presença de um dado indivíduo em condições específicas, como privação de água, é ocasião para a emissão do mando “Por favor, um copo d’água”, o qual é seguido pela situação de o ouvinte trazer ao falante o copo. Isto aumenta a probabilidade de emissão deste mesmo mando em condições semelhantes, ou seja, houve reforçamento. Em termos gerais, a contingência neste caso poderia ser descrita da seguinte maneira:

$$S^d \quad \rightarrow \quad R \quad \rightarrow \quad C$$

$$\approx$$

Privação de água + indivíduo → “Por favor, um copo d’água” → Copo nas mãos do falante

A consequência ou condição subsequente foi a resposta do ouvinte porém, por definição, este terceiro termo da contingência não é descrito como um “ouvinte cuja resposta pode reforçar ou não a resposta do falante”, posto que “nenhuma descrição do intercâmbio entre organismo e ambiente está completa até que inclua a ação do ambiente sobre o organismo depois que a resposta tenha sido emitida” (Skinner, 1969, p.5, destaque adicionado). Se a resposta do ouvinte vai ou não reforçar a resposta do falante é uma análise específica feita a partir do evento registrado (“ouvinte traz o copo d’água até o falante”). É possível que a definição do terceiro termo de uma metacontingência como um sistema receptor não esteja fazendo referência a “ação do ambiente”, isto é, definir este termo como um sistema não descreve o que este sistema faz numa determinada metacontingência, não descreve o terceiro termo como um evento ambiental.

Com relação ao efeito da seleção sobre as contingências comportamentais entrelaçadas é possível destacar a afirmação de Skinner que propõe que o efeito sobre o grupo é responsável pela evolução da cultura, sendo evolução compreendida como um processo de seleções subsequentes. Aliada a esta proposição, em 1989 Skinner faz um refinamento da mesma sugerindo que uma cultura, sendo compreendida como um conjunto de práticas características de um grupo, é selecionada pela consequência de contribuição para a sobrevivência do grupo (Skinner, 1989).

3.2. BREVE NOTA SOBRE A ADEQUAÇÃO RELATIVA DA NOÇÃO DE CONTINGÊNCIAS COMPORTAMENTAIS ENTRELÇADAS.

Apesar da aparente inadequação do conceito de metacontingência à análise aqui proposta, enquanto unidade de variação e seleção, sendo considerada uma perspectiva

ambiental de determinação de comportamento, as contingências comportamentais entrelaçadas parecem exercer um papel potencialmente relevante para esta análise. Mas isto sendo considerado o sentido de comportamentos que ocorrem na presença de outros indivíduos.

Compreendendo que certo conjunto de comportamentos, sendo repetidos em sua estrutura recíproca ao longo do tempo, pode funcionar como um sistema de contingenciamento unitário, a noção das CCEs poderia então evocar sua própria definição no processo de seleção pelas consequências em terceiro nível. Contudo, nos parece que se as CCEs podem também ser consideradas parte da estrutura ambiental aqui defendida, ao olhar para o fenômeno do ponto de vista do comportamento.

Assim, compreendendo esta estrutura como ambiente, condição para a ocorrência do comportamento, as CCEs serão consideradas como subsumidas (nos termos gerais da presente proposta) ao contexto antecedente, para sua definição e para o processo subjacente, como será visto com mais detalhes a seguir.

3.2. O AMBIENTE E O PROCESSO: UMA PROPOSTA INTERPRETATIVA

A história de desenvolvimento da Análise do Comportamento e do Behaviorismo Radical, especialmente do ponto de vista do desenvolvimento e construção de um modelo interpretativo, o modelo de seleção pelas consequências (Skinner, 1981; 1988), nos mostra que as variáveis relevantes para compreender o motivo do comportamento estão no ambiente que segue a uma determinada classe de respostas. Contudo, ao considerar uma ocorrência discreta de comportamento, sendo levado em conta que faz parte deste empreendimento acerca da compreensão do homem, ser possível também caminhar na direção da previsão e controle de comportamento (Skinner, 1938; 1953/1965, entre outros), essas variáveis

determinadoras, que estariam em um primeiro momento na consequência do comportamento, passam a ter efeitos colocados também no ambiente precedente. Isto significa dizer, em outros termos, que há a possibilidade de três relações interpretativas ao serem analisados o estímulo ou contexto discriminativo (S), a classe de respostas (R) e a consequência ou ambiente modificado subsequente (C), formando a contingência: 1) quando o comportamento está estabelecido, em processo, a compreensão se dá em termos $S \rightarrow R \rightarrow C$; 2) a compreensão do estabelecimento do comportamento, motivo, se dá em termos $R \rightarrow C \rightarrow S$; 3) a ocorrência do comportamento, ou a previsibilidade de uma ocorrência discreta, em termos $C \rightarrow S \rightarrow R$.

O modelo de seleção pelas consequências, sendo caracterizado por seu conceito central de contingência de reforçamento, indica que:

“No account of the interchange between organism and environment is complete until it includes the action of the environment upon the organism after a response has been made” (p.5). (...) An adequate formulation of the interaction between an organism and its environment must always specify three things (1) the occasion upon which a response occurs, (2) the response itself, and (3) the reinforcing consequences. The interrelationships among them are the ‘contingencies of reinforcement’ (p.7). (...) If a conspicuous stimulus does not have an effect, it is not because the organism has not attended to it or because some central gatekeeper has screened it out, but because the stimulus plays no important role in the prevailing contingencies (p.8). (...) In other words, we no longer look at behavior and environment as separate things or events but at the interrelations among them. We look at the contingencies of reinforcement. We can

then interpret behavior more successfully.” (p.10)¹⁸ (Skinner, 1969, destaques adicionados).

Retomando os trechos destacados, inicialmente considerando que ao tratar de contingências de reforçamento estamos tratando de relações entre as condições S, R, e C, teremos a seguinte argumentação. A ocasião na qual a resposta ocorre, que será ou não relacionada funcionalmente com a resposta a depender da consequência. Isto significa dizer que a definição da condição S é complexa, e sua descrição pode (e deve) englobar características além das propriedades físicas imediatas, mas também as características de construção histórica de S. S é relacionado funcionalmente a uma classe R de respostas em função de uma história de reforçamento que faz com que em presença de S, R tenha chance maior de ocorrência.

Ademais, a constituição de S em função da consistência de C aparece de modos diversos e, para a análise aqui proposta, também de modo social. Isto significa dizer que é possível considerar uma relação $C \rightarrow S \rightarrow R$ (em que historicamente C relacionou-se a S) que proporia, portanto, uma análise de contextos para a ocorrência de certas respostas, culturalmente determinadas (por C). E esta análise se daria em termos determinísticos condizentes com o modelo de seleção pelas consequências, com previsibilidade e possivelmente controle.

¹⁸ “Nenhuma explicação da interação entre organismo e ambiente está completa até que inclua a ação do ambiente sobre o organismo após a execução da resposta (p.5). (...) Uma formulação adequada da interação entre organismo e ambiente deve sempre especificar três coisas (1) a ocasião na qual uma resposta ocorre, (2) a resposta ela mesma, e (3) as consequências reforçadoras. As inter-relações entre elas são as ‘contingências de reforçamento’ (p.7). (...) Se um estímulo conspícuo não tem um efeito, não é porque o organismo não atentou a ele ou porque algum porteiro central o tirou de cena, mas porque o estímulo não apresenta papel importante nas contingências prevalecentes (p.8). (...) Em outras palavras, nós não mais olhamos para comportamento e ambiente como coisas ou eventos separados mas para as relações entre eles. Nós olhamos para contingências de reforçamento. Nós podemos, então, interpretar o comportamento com mais sucesso (p.10)”.

A previsibilidade e o controle também poderiam ser interpretados, pela segunda relação disposta acima: $R \rightarrow C \rightarrow S$. E neste sentido, a análise pontual da primeira condição ($R \rightarrow C$), a consistência e os esquemas de reforçamento podem explicar a segunda ($C \rightarrow S$) em termos complexos e descritivos. Uma vez que S só se estabelece por C ; e C só existe enquanto relação estabelecida com R , ao mesmo tempo em que está sendo proposta um foco momentâneo de análises de ocorrências discretas na relação $S \rightarrow R$, a história de estabelecimento volta à definição pela relação composta: $(R \rightarrow C \rightarrow S)=S \rightarrow R$. Adicionando a este argumento a constituição da resposta historicamente, temos:

A: $\{ [(C \rightarrow S \rightarrow R)=R] \rightarrow C \rightarrow S \} = S \rightarrow R$

E, esta relação será mantida ou não, fechando o ciclo, se:

B: $\{ [(C \rightarrow S \rightarrow R)=R] \rightarrow C \rightarrow S \} = S \rightarrow R \rightarrow \underline{C}$

Denominando as relações:

C: $\{ [(C \text{ <define> } S \text{ <favorece> } R)=R] \text{ <é seguida consistentemente por> } C \text{ <fortalecendo a relação já definida para> } S \} = S \text{ <determina> } R \text{ <quando estavelmente}^{19} \text{ relacionado a> } C \}$

Assim, estruturalmente, considerando unidades comportamentais, a seleção do comportamento, culturalmente definido, do mesmo modo como já afirmado *ad nauseam* pela história do Behaviorismo Radical e da Análise do Comportamento é empreendida por C . E a transmissão aparece pela consistência ambiental: $C \rightarrow S$, historicamente; mas pontualmente pela ocorrência de R no contexto S .

Retomando a definição proposta no Capítulo 2:

“Cultura é ambiente social do comportamento. Isto significa dizer,

a parte do ambiente, determinada socialmente, pela interação de mais de

¹⁹ Estavelmente, pois pode ocorrer com frequências variadas. E isto inclui a não ocorrência eventual ou também com frequência dificilmente mensurável.

uma pessoa agindo conjuntamente, preservada no tempo superior a o de um operante, relacionada a operantes de organismos diferentes da mesma espécie, cuja produção ou correlação funcional foi possível somente pela ação conjunta de dois ou mais organismos (em termos de encadeamento de contingências comportamentais). Sendo assim, o som de uma palavra, uma prática difundida em um grupo, um artefato, uma regra pode ser cultura ou não. Serão a depender do estabelecimento de critérios específicos que permitam sua função no meio de seleção cultural. Estes fragmentos e produtos de interação selecionam respostas. Isto é a cultura para Skinner, do ponto de vista interpretativo do presente estudo.”

Temos que, para cumprir os requisitos mencionados, a repetição da relação B (descrita em C), sendo fruto de interação inter-indivíduos, poderá então ser descrita no que se entende como nível cultural de análise mas com a especificidade do operante.

É certo que a compreensão integral de toda esta relação implicaria em uma descrição detalhada e exaustiva de cada estrutura: seja, então, do ponto de vista funcional skinneriano (Skinner, 1969, por exemplo); seja do ponto de vista de um sistema de relações interpretativo de descrições de significado (Geertz, 1973, por exemplo).

E é importante também destacar a sobreposição de controles específicos para as ocorrências, mas que não vai em direção contrária à da argumentação apresentada. É o caso da interdição ou disponibilidade controlada de variáveis críticas para C (ou, em outros termos, para o processo de reforçamento), empreendida por setores estruturados de um determinado grupo. Estes setores Skinner definiu como agências de controle, aglutinadas por suas funções sob denominações tais como: governo, educação, psicoterapia, religião, etc. (Skinner, 1953/1965).

Afinal, do ponto de vista aqui apresentado, é necessário conhecer também estas estruturas de ocorrência de variáveis críticas, sendo então o caso de requerer, para o entendimento integral de uma ocorrência cultural, uma descrição específica detalhada e histórica nos termos de relações funcionais, como exemplificado genericamente em A, B e C, acima.

É possível que esta concepção genérica de estruturação cultural de operantes deixe pouco (ou nenhum) espaço para comportamentos que não tenham determinação cultural. Aparentemente, contudo, isto pode não ser um problema, uma vez que, como já foi pontuado (Capítulo 1), o comportamento é a síntese das três histórias determinantes simultaneamente (Skinner, 1981) e não de modo fragmentado ou seccionado.

CAPÍTULO 4

A POSSIBILIDADE DE INTERLOCUÇÃO ENTRE A ANTROPOLOGIA E A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

O trabalho com a cultura, é certamente um empreendimento complexo. Ainda que seja objetivo deste trabalho esboçar uma definição ou, ao menos, um início de caminho conceitual para definição da cultura objetivamente em Análise do Comportamento, seria demasiado ingênuo acreditar que uma única análise encerraria o problema em sua totalidade. É esperado, contudo, que a proposta aqui apresentada possa servir de base para novos debates e novas proposições, sendo compreendido que se trata de delineamentos interpretativos em alguma medida novos, ainda que produzidos pela análise da obra skinneriana.

De chofre, uma constatação clara é: não há consenso sobre o que seja cultura. Aparentemente, diferentes campos antropológicos invocam diferentes concepções do termo, o que promove uma pluralidade pouco apreensível em uma única análise. Adam Kuper (1999), por exemplo, ao analisar o conceito de cultura do ponto de vista somente dos antropólogos americanos, em um período recente de 30 anos (1920-1950) encontrou nada menos que 157 definições para o termo, todas derivadas e compreendidas como refinamentos do conceito fundamental de E. B. Tylor, em seu *Primitive Culture* (1871), qual seja: cultura é, em sentido etnográfico, o todo complexo que envolve todas as capacidades de hábitos humanos adquiridos por ele em sociedade (leis, crenças, moral, etc.).

Além da diversidade encontrada em um período limitado, em um único país, também há discrepâncias maiores entre as diferentes tradições locais de pensamento antropológico. Isto, desde a dificuldade, por exemplo, de a antropologia britânica aceitar uma noção do que seja cultura proveniente de escolas norte-americanas, até, o caso dos grupos culturalmente

distintos compreenderem, aceitarem e/ou definirem seu próprio meio cultural: efeito constatável após as expedições antropológicas do século passado. É o que acontece, por exemplo, com os Kayapós brasileiros ao utilizarem o termo português “cultura” para autodefinirem suas cerimônias tradicionais (Kuper, 1999).

O autor também nos diz, em um sentido que a presente proposta tende a concordar, que:

“There are fundamental epistemological problems, and these cannot be solved by tiptoeing around the notion of culture, or by refining definitions. The difficulties become most acute when (after all the protestations to the contrary have been made) culture shifts from something to be described, interpreted, even perhaps explained, and is treated instead as a source of explanation itself. This is not to deny that some form of cultural explanation may be useful enough, in its place, but appeals to culture can offer only a partial explanation of why people think and behave as they do, and of what causes them to alter their ways”²⁰. (Kuper, 1999, p.x-xi, Prefácio)

Assim, a pluralidade de definições acaba por evidenciar problemas fundamentais na compreensão mais genérica do que seja cultura. Há definições que tratam de conjuntos de

²⁰ “Existem problemas epistemológicos fundamentais, e estes não podem ser resolvidos ‘pisando em ovos’ sobre a noção de cultura, ou por refinamentos de definições. As dificuldades tornam-se mais agudas quando (depois que todos os protestos em contrário já tenham sido feitos) a cultura passa de algo a ser descrito, interpretado, até talvez explicado, para ser tratada, contrariamente, como uma fonte de explicação nela mesma. Isto não equivale a negar que alguma forma de explicação cultural possa ser adequadamente útil, no seu lugar, mas faz um apelo de que a cultura só pode oferecer uma explicação parcial do por que as pessoas pensam e se comportam da maneira como fazem, e do que faz com que elas mudem essas maneiras”.

comportamentos. Outras que tratem de sistemas e significado. Há também aquelas que tratem simultaneamente de ambos os níveis de maneira indissociável e, possivelmente, com compreensão prejudicada. E, no sentido apontado no trecho mencionado, de explicação nela mesma, eventualmente a cultura serve como categoria residual do inexplicável.

Kroeber e Kluckhohn, em *Culture* (de 1952), considerando também este aspecto obscurecedor da pluralidade conceitual envolvida no tema, entendem que cultura deve ser interpretada como um “todo integrado e estruturado, feito de partes conectadas” (Kuper, 1999, p.57). Ao conferir às definições iniciais incoerência epistemológica devido à sua enorme pluralidade, e isso desde, também, as formulações iniciais de Tylor, e após outro exaustivo trabalho de encontrar e categorizar 164 definições de cultura, os autores sumarizam que cultura seja: padrões de e sobre comportamento simbólico, explícitos e implícitos (Kuper, 1999).

Para os fins deste trabalho, bem como diante da vastidão conceitual já demonstrada foi considerado adequado analisar apenas uma parte da Antropologia com relação à produção em Análise do Comportamento já mencionada nos capítulos anteriores. É sabido que um recorte como o que foi empreendido aqui carrega certa medida de arbitrariedade, sendo certamente possível empreender outras análises que não somente aquelas aqui contidas, mas também acredita-se que a linha argumentativa apresentada é coerente com os desenvolvimentos já descritos acerca do posicionamento do atual estudo. Cultura, enquanto processo ambiental de variação e seleção, parece ser completamente generalizável a esta noção mais ampla mencionada.

4.1. CLIFFORD GEERTZ: ANALOGIA BREVE EM TORNO DE UMA INTERPRETAÇÃO DE MÉTODO.

Clifford Geertz (1926-2006) foi um dos antropólogos mais influentes de seu tempo. Dentre uma série de produções, estudos e interpretações acerca das mais variadas culturas, destaca-se, para o fim da análise aqui proposta, a definição metodológica e interpretativa de “descrição densa” (termo emprestado de Ryle) empreendida em seu trabalho seminal de 1973, *The Interpretation of Cultures*. É entendido que as proposições envolvidas neste método de pesquisa, que também é uma proposição teórica de compreensão da cultura, possam ser aproximadas daquelas aqui já descritas anteriormente.

Este método, como afirmado pelo autor, não é um método no sentido dos livros-texto, mas no sentido do que o pesquisador está fazendo no momento em que trabalha e como ele vê e interpreta seus dados – o que chega, afinal, a definir quais dados são efetivamente observados pelo etnógrafo. Ele vale-se da contraposição de Ryle acerca da descrição superficial (“thin description”) e a descrição densa (“thick description”), sendo a primeira aquela empreendida quando são considerados apenas aspectos observáveis do comportamento e a segunda aquela que leva em consideração também o sentido simbólico deste mesmo comportamento. Para Geertz (1973), é no sentido simbólico que resta o objeto da etnografia: “uma hierarquia estratificada de estruturas de significado” (p.7) sem a qual o objeto em si mesmo deixa de existir.

Retomando, então, o ponto de vista analítico-comportamental, uma aproximação poderia ser feita neste momento em termos da compreensão que Geertz faz acerca da construção do objeto cultural. Para Skinner, também, o comportamento não poderia ser considerado somente como aquilo que seja observável. A estrutura funcional do comportamento é o que lhe confere sentido, ao invés de somente sua topografia. Ainda que a topografia seja relevante e caracterize algumas condições específicas de resposta, é pela

função que o comportamento passa a existir. Portanto, de um modo correlato, uma versão analítico-comportamental da descrição densa, sendo feita ao identificar as estruturas funcionais de comportamento, que são constituídas historicamente, pode, aparentemente, dialogar de modo profícuo com esta vertente antropológica.

Uma segunda característica a ser analisada analogicamente aqui é a definição de como se apresenta este objeto de etnografia, grosso modo a cultura. E, é considerado que esta proposição estaria de acordo com a interpretação ambiental mencionada ao longo dos capítulos anteriores.

A cultura, é um documento fruto do ato (“acted document”; Geertz, 1973, p.10), que é “público porque o significado também o é” (p.12), mas que não apresenta propósitos ou forças nela mesma (no que erraríamos por reificá-la, em contrário – p.11), não é constituída pelo simples padrão de comportamentos (no que erraríamos por reduzi-la, em contrário – p.11) e que tampouco está na mente humana.

“we take, say, a Beethoven quartet as an, admittedly rather special but, for these purposes, nicely illustrative, sample of culture, no one would, I think, identify it with its score, with the skills and knowledge needed to play it, with the understanding of it possessed by its performers or auditors, nor, to take care, en passant, of the reductionists and reifiers, with a particular performance of it or with some mysterious entity transcending material existence. A Beethoven quartet is a temporally developed tonal structure, a coherent sequence of modeled

sound – in a word, music – and not anybody’s knowledge of or belief about anything, including how to play it²¹” (Geertz, 1973, pp.11-12)

Assim, é possível compreender, enfatizando a analogia com o conhecimento produzido em Análise do Comportamento, que o sentido e o significado estão, coerentemente com a analogia, na função que o objeto desempenha em determinada sociedade ou grupo. Não podendo ser substituída por suas partes ou ocorrências discretas, mas sendo por elas representada.

E, desse modo, ao buscar a descrição densa em um grupo ou comunidade, empreendendo uma investigação etnográfica, também de cunho necessariamente etnológico, o pesquisador orientado pelo viés do Behaviorismo Radical, poderá empreender análises que possam ser traçadas paralelamente com este tipo de produção. Evidentemente, nem todas as condições serão passíveis de analogia. E a investigação e as propriedades específicas de cada dado observado e registrado é que dará ou não condições para a interpretação aqui proposta.

No sentido de que “os escritos antropológicos são eles mesmos interpretações” (Geertz, 1973, p. 15), uma interpretação também poderia ser feita sob o viés de uma análise funcional, sem, aparentemente, que se perca a preciosa densidade simbólica e interpretativa que rege o material produzido nesta vertente antropológica.

Afinal, os discursos possíveis destes métodos envolvem ações simples de observação e anotação, mas com um inextricável teor interpretativo, em função (para ambos os pontos de vista) da construção histórica e social do sentido e significado dos objetos a serem

²¹ “Peguemos, diga-se, um quarteto de Beethoven como uma amostra de cultura, que mesmo sendo muito especial será, para este propósito, adequadamente ilustrativa. Ninguém, eu imagino, a identificaria com sua partitura, com as habilidades e conhecimento necessários para tocá-la, com a compreensão possuída por seus intérpretes ou ouvintes, nem, para cuidar *en passant* dos reducionistas e reificadores, com uma interpretação particular dela ou ainda alguma entidade misteriosa que transcenda a existência material. Um quarteto de Beethoven é uma estrutura total tonal, uma sequência coerente de sons modelados – em uma palavra, música – e não o conhecimento de ninguém ou suas crenças sobre quaisquer coisas, incluindo como executar a peça”.

investigados. Restaria, a divergência acerca das razões da investigação e, possivelmente, a discordância acerca do planejamento cultural defendido por Skinner ao longo de sua obra (ilustrativamente, de Skinner 1948 a Skinner, 1988).

4.2. MARSHALL SAHLINS: ANALOGIA BREVE EM TORNO DE UMA INTERPRETAÇÃO ESTRUTURAL

Acerca do planejamento cultural descrito por Skinner, fundamentado, mais especificamente na evolução cultural, como, grosso modo a relação de sobrevivência e/ou extinção cultural análoga à sobrevivência e/ou extinção de uma espécie e/ou de um operante unitário (Skinner, 1971/2002), é possível recorrer à obra de Marshall Sahlins²² (1930 –) e Elman Service (1912 – 1996), *Evolution and Culture* (1960/1988), de modo resumido, em sua retomada das proposições evolutivas para o estudo da cultura.

Para Skinner uma cultura pode sobreviver ou ser extinta a depender de seus produtos. Os produtos de uma cultura respondem não pelo comportamento unitariamente, mesmo estando relacionados às ações individuais, mas sim pela estrutura que os definem. Há decerto, valores implicados na análise de evolução cultural skinneriana (por exemplo, Dittrich & Abib, 2004), mas é foco de análise neste momento o processo, enquanto sistema de comportamento, sem considerar aspectos prescritivos e/ou de valores no sentido do que é “melhor” ou “pior” no processo evolutivo. Assim também o fez Leslie White, de certo modo, no Prefácio da obra mencionada, ao notar que o evolucionismo cultural deixou de ser aplicado e considerado nas interpretações antropológicas na mesma medida em que o capitalismo foi sendo refreado no pós-colonialismo (quanto era importante “manter o status quo”, Sahlins & Service, 1960/1988, p.vi, Prefácio).

²² É importante notar que, ao longo de sua carreira, Sahlins abandona a perspectiva evolucionista. É possível, metaforicamente, considerar “autores distintos” quando comparado o material mencionado neste momento com o mencionado anteriormente, por outras razões, ao fim do Capítulo 2.

De uma maneira resumida, é possível considerar bastante semelhança entre o Modelo de Seleção pelas Consequências e o modelo de Evolucionismo Cultural proposto nessa obra. A aproximação analógica entre evolução biológica e evolução cultural parece perpassar ambos os autores. No caso de *Evolution and Culture*:

“Obviously cultural and biological evolution do differ in many ways, for culture and life have different properties, different means of transmission and change, and each has laws peculiar to itself. Nonetheless, both can be embraced within one total view of evolution. Cultural evolution can be considered (...) a continuation, on a new line, of the evolutionary process²³” (Sahlins & Service, 1960/1988, p.8)

Mesmo sendo o modelo evolutivo mencionado um sistema complexo de entendimento acerca da cultura, e ainda sendo considerado aqui de modo resumido, há pelo menos uma diferença fundamental em relação ao modelo evolutivo skinneriano.

Os autores (Sahlins & Service, 1960/1988) aceitam o funcionamento análogo entre a evolução biológica e a cultural. Aparecem como princípios, ou aspectos característicos: criatividade e conservação. Esses dois aspectos definidores formam o que é entendido como adaptação, tanto do ponto de vista cultural quanto do ponto de vista biológico. Por um lado, uma parcela do processo evolutivo está relacionada a levar os organismos ou cultura na direção do ajustamento a um padrão ambiental. Por outro lado, aparece uma tendência à estabilidade e conservação do que foi atingido pelo primeiro aspecto.

²³ “Obviamente, as evoluções cultural e biológica diferem de muitas maneiras, pois a cultura e a vida apresentam diferentes propriedades, diferentes meios de transmissão e mudança, e cada um tem leis próprias. Não obstante, ambas podem ser englobadas dentro de uma única visão de evolução. Evolução cultura pode ser considerada (...) uma continuação, em uma nova linha, do processo evolucionário”

Contudo, ao passo que o processo de modificação e estabilidade também está previsto em Skinner, sendo considerada a seleção um processo criativo mas nela implicada a relação de que o processo em si somente nos prepara para ambientes que sejam minimamente semelhantes ao ambiente já existente (Skinner, 1981; 1988), a proposta aqui analisada acerca do *Evolution and Culture* compreende estágios e estruturas organizadas em diferentes níveis de complexidade crescente ou, em outras palavras, um caminho para o avanço (por exemplo, no caso da Lei da Dominância Cultural – Sahlins & Service, 1960/1988).

Esta complexidade crescente que carregaria a cultura para um sistema mais adaptado parece ferir, não a concepção do processo previsto em Skinner (afinal, o planejamento cultural acaba por prescrever uma possibilidade de melhoramento), mas o modo como este processo sistemático ocorre.

Skinner deixou em algumas de suas obras expressa sua preocupação de que o acaso, o contingenciamento de comportamentos sem planejamento, não dá garantias de movimento em quaisquer direções: poderíamos ir na direção da garantia de sobrevivência como também poderíamos (como o autor tende a acreditar até o fim de sua vida) caminhar para a extinção da espécie e/ou cultura.

Desse modo, ambas as perspectivas parecem identificar processos “básicos” subjacentes ao caminho que uma cultura toma ao longo das gerações. O direcionamento, contudo, para cada um dos tipos de teoria, parece divergir de modo que torne dificultado o diálogo entre estes dois empreendimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do Analista do Comportamento parte da suposição de uma unidade de sentido em seu olhar sobre os fenômenos humanos. Esta unidade é o comportamento. Esta unidade é uma maneira de abstrair uma parte do fenômeno que ocorre enquanto processo, que é o homem agindo sobre o mundo, e o mundo agindo sobre o homem.

Com o uso destes óculos sobre o mundo, este cientista busca orientar suas observações sob uma perspectiva determinista: encontrar as variáveis que promovem, facilitam, induzem, aumentam a probabilidade ou “causam” ocorrência e construção de certa classe de respostas.

Em todas as condições de análise e interpretação a busca é desencadeada pela delimitação de uma unidade ambiental anterior, uma unidade de ação e uma unidade ambiental posterior. As unidades precisam compartilhar alguma regularidade e aparecerem de modo minimamente repetido, somando a isto as propriedades de cada subcategoria, asseguradas pela noção de classe, é formada a unidade. Uma classe de eventos ambientais antecedentes é expressa em seus elementos como estímulos discriminativos. Uma classe de ações é expressa em seus elementos como respostas. Uma classe de eventos ambientais posteriores é expressa em seus elementos como consequência. A responsabilidade de construção das classes recai sobre o ambiente. São as propriedades físicas (ainda que socialmente construídas) do mundo que estabelecem e fixam relações funcionais entre ações e seus contextos e eventos subsequentes.

Neste sentido, para além da classe de respostas do indivíduo só há ambiente. O ambiente geral constitui o todo de possibilidades; uma parte dele, por suas propriedades, será modificada em função da ação e o contexto resultante poderá ser irrelevante, favorecer ou suprimir novas ocorrências de respostas similares. A similaridade das respostas posteriores constituirá a classe das mesmas e poderá então ser tratada de modo funcionalmente unitário:

resposta. Ocorre que o ambiente precedente, também por suas propriedades, encerrará a ligação funcional entre os termos e constituirá a nova classe de eventos que poderão ser tratados de modo unitário como: estímulo discriminativo (Sd).

Assim, a determinação do comportamento, de modo complexo, aparece em dois sentidos: 1) o evento que mantém a ocorrência da resposta é o evento que sucede sua emissão; 2) mas, no momento da análise de previsão e controle, o tratamento das informações ambientais deverá ser feito na direção $C \rightarrow S \rightarrow R$. A relação $S \rightarrow R$ é constituída historicamente, pelas relações $C \rightarrow R$ e $C \rightarrow S$. Portanto: em termos de previsão de ocorrência de respostas, o contexto prévio é o determinante e não o subsequente. Contudo, ele só continuará a ser efetivo mediante manutenção e consistência da relação $C \rightarrow R$ ao longo do tempo.

Essa diferença, que mantém os princípios da relação entre variáveis na Análise do Comportamento abre caminho para uma análise paralela com as noções de significado e simbolismo presentes na literatura antropológica analisada. Mais do que isso, abre também caminho para assentar sobre esta concepção as noções correlatas de significado e simbolismo presentes na Análise do Comportamento, no sentido de uma Antropologia Behaviorista Radical. E resta sobre esta proposta interpretativa o caminho aqui sugerido de construção de vantagens interpretativas, ou ao menos heurísticas, que a Análise do Comportamento pode oferecer à Antropologia.

Também, considerando S como uma situação complexa a ser desvendada, descrita e interpretada em relação a sua construção e manutenção sociais (Guerin, 1992), o caminho parece estar aberto para a inclusão de uma metodologia de orientação etnográfica e etnológica: assentada sobre a busca de determinações funcionais de comportamento que poderiam então relevar os significados (como em Geertz, 1973) das ações. A completude dessa interpretação, no sentido de traçar as razões e motivos para o comportamento para além

de sua ocorrência discreta (no caso, considerando as relações $C \rightarrow R$ e, portanto, $C \rightarrow S$), será dada ao cabo análise funcional das manutenções em grupo, da manutenção e efetividade de processos de contingenciamento. Para o caso do contingenciamento, uma vez que o processo já está em ocorrência, o caminho interpretativo nos aparece como uma “arqueologia” de relações funcionais: sejam elas relacionadas a limites e propriedades do ambiente físico natural ou socialmente construído.

Retomando o ponto de vista aqui proposto, cultura não é formada por práticas no sentido de conjuntos de ações similares e/ou equivalentes. Há uma variação imensurável de ocorrências no tempo do que habitualmente conhecemos como práticas. Em cada ocorrência é possível observar e abstrair o produto de uma cultura, mas não sua estrutura. Práticas, no sentido de abstrações de repetições, no sentido de ambiente de comportamento, no sentido de práticas culturais reforçadoras, portanto, parece ser mais adequado a uma possibilidade de compreensão mais abrangente e mais consonante com as áreas historicamente relacionadas ao estudo da cultura (no caso, a Antropologia).

Está implicada na noção de que são práticas culturais reforçadoras, e não somente práticas culturais em um sentido mais geral, a concepção de que estas práticas fazem parte de um código, estrutura de contingenciamento: o que efetivamente “vale” em uma cultura, como é o caso exemplar descrito por Skinner (1957), em seu *Verbal Behavior*, de análise funcional de uma comunidade verbal, ao invés do comportamento verbal em si.

Assim, o sentido deste código só pode ser aferido, paradoxalmente, fora do comportamento. Mas o paradoxo, talvez assustador para o analista do comportamento, tende a ser diminuído ao notar que nenhuma entidade ou novo conceito está sendo incluído ao comportamento: são seus produtos que erigem a estrutura.

É certo também que uma das vantagens mais incisivas de uma análise comportamental da cultura seja a explicação do motivo de manutenção de comportamentos, baseando sua

interpretação no modelo de seleção pelas consequências; e isto contraposto a conceder status explicativo à cultura, somente, como razão por si mesma (como já advertido enquanto problema por Kuper, 1999). E, ao propor e utilizar este modelo, esta ciência abre caminho também para a modificação e intervenção em nível cultural ao invés da constatação direta de sistemas de significado, por exemplo. Ao compreender o motivo de manutenção de comportamentos, este cientista, valendo-se deste selecionismo específico, pode oferecer o “por que”, pelo caminho do “como”: com uma “simplicidade promissora de dados” (como sugerido por Skinner, 1969, ao serem rejeitados novos princípios comportamentais para a análise cultural).

Isso pois, excluindo momentaneamente da análise algum conjunto de comportamentos inatos, a manutenção de repertórios característicos de um grupo, promovidos por uma cultura, é feito pela via do reforçamento. E o reforçamento, portanto, responderia também pela construção da estrutura de significados e símbolos, ou, em outras palavras, a codificação compartilhada do que é efetivo ou não em um determinado grupo (Skinner, 1957). Contudo, essa condição estaria manifesta no contexto para emissão de determinadas respostas (novamente, em uma relação prévia, $S \rightarrow R$, advinda de $C \rightarrow R$).

Neste sentido, da compreensão da determinação do comportamento, é que está posicionada a crítica aqui contida ao uso e formulação de uma parte do conceito de metacontingência: parece não haver elementos para produzir análises preditivas ou de função de comportamentos considerando o delineamento conceitual mencionado. Não parece ser possível afirmar os motivos para o entrelaçamento de contingências comportamentais, ainda que estas sejam um aspecto de estudo aparentemente promissor quando incluídas no sistema selecionista da cultura. Ao descrever a ocorrência deste tipo de relação, artifícios mantenedores precisam ser prescritos (como, por exemplo, *inputs* – Glenn & Malott, 2004; 2006 – ou ainda contingências de suporte verbal – Andery & Sério, 1997/2005).

É certo que a concepção de metacontingência apreende uma ordenação em nível cultural, e também define certa relação dos comportamentos unitários com um produto que só poderia ser alcançado mediante o entrelaçamento. Contudo, este conceito não nos conta as razões do entrelaçamento ou tampouco parece ser suficiente para a identificação de uma relação funcional nos termos do que isso signifique em uma proposta analítico-comportamental. Explorando esta condição pelo caminho da generalidade, seria possível identificar a razão como sendo a produção do resultado agregado, aquele produzido pelo conjunto de comportamentos e não pelos comportamentos individualmente. Mas esse resultado, sendo considerada a razão, a variável, acaba por produzir certo enclave teleológico à explicação do comportamento: algo aparentemente incompatível com uma proposta behaviorista radical de interpretação.

Ademais, dois outros problemas que restam são o da identificação das razões para ocorrência de determinados comportamentos fora do padrão previsto e como lidar com esta discrepância (variabilidade intrínseca *versus* variabilidade produzida), bem como lidar com comportamentos culturalmente determinados que ocorram na ausência de outros indivíduos e ainda assim socialmente definidos. É do entendimento desta proposta que as respostas para estas perguntas possam ser obtidas, futuramente, pelo estudo da determinação ambiental do comportamento, especialmente de um ponto de vista que considere o ambiente antecedente (estímulo discriminativo) como um complexo ambiente organizado em função de uma história de reforçamento.

Como limitações deste trabalho são consideradas a necessidade de empreender um recorte sobre a teoria skinneriana e também sobre a teoria antropológica. Neste sentido, alguns aspectos da obra skinneriana, eminentemente experimentais, foram deixados de lado para a presente análise, sendo compreendido, contudo, que não alterem o teor fundamental dessa proposta. Também, o recorte restrito empreendido sobre aspectos da teoria

antropológica certamente evidenciará carências sobre aspectos mais globais dessa vertente de conhecimento. Acredita-se que tenha sido possível esclarecer os pontos considerados essenciais para a análise proposta aqui em função de um ambiente funcional, todavia é certo que recorrentes incursões, cada vez mais abrangentes, serão necessárias para adequadamente fundamentar esta proposta também em teoria antropológica. Estas incursões, sugestivamente, ficariam ao cabo de investigações futuras, que este estudo pretendeu fomentar.

REFERÊNCIAS

- Abib, J. A. D. (1985) *Skinner, naturalismo e positivismo*. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Abib, J. A. D. (1996) Epistemologia, transdisciplinaridade e método. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 12 (3), 219-229.
- Abib, J. A. D. (2001) Arqueologia do behaviorismo radical e o conceito de mente. In H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 7. Expondo a variabilidade*. Santo André: ESETec.
- Abib, J. A. D. (2007) *Comportamento e sensibilidade: Vida, prazer e ética*. Santo André: ESETec.
- Andery, M. A. P. A. (1990) *Uma tentativa de (re) construção do mundo: a ciência do comportamento como ferramenta de intervenção*. Tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Andery, M. A. P. A., & Sérgio, T. M. A. P. (2005). O conceito de metacontingências: afinal, a velha contingência de reforçamento é insuficiente? In: J. C. Todorov, R. C. Martone, & M. B. Moreira (orgs.), *Metacontingências: comportamentos, cultura e sociedade* (pp. 149-159). Santo André: ESETec. (Trabalho original publicado em 1997)
- Andery, M. A. P. A., Micheletto, N., & Sérgio, T. M. A. P. (2005) A análise de fenômenos sociais: esboçando uma proposta para identificação de contingências entrelaçadas e metacontingências. In: J. C. Todorov, R. C. Martone, & M. B. Moreira (orgs.) *Metacontingências: comportamentos, cultura e sociedade*. 1ªed. Santo André: ESETec.

- Botomé, S. P. (1982) Determinações do comportamento intervenção social: A contribuição da análise experimental do comportamento. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 3, 30-68.
- Chiesa, M. (2006) *Behaviorismo Radical: A filosofia e a ciência* (C. E. Cameschi, Trad.) Brasília: Cealeiro (Trabalho original publicado em 1994).
- Day, W. F. (1992a) The concept of reinforcement-history and explanation in behaviorism. In S. Leigland (Ed.), *Radical Behaviorism: Willard Day on psychology and philosophy*. Reno: Context Press. (Trabalho original publicado em 1976).
- Day, W. F. (1992b) Ethical philosophy and the thought of B. F. Skinner. In S. Leigland (Ed.), *Radical Behaviorism: Willard Day on psychology and philosophy*. Reno: Context Press. (Trabalho original publicado em 1977).
- De Castro, M. S. L. B., & De Rose, J. C. C. (2008) *A ética skinneriana e a tensão entre descrição e prescrição no Behaviorismo Radical*. Santo André: ESETec
- De Rose, J. C. C. (1982) Consciência e propósito no Behaviorismo Radical. In: B. Prado Júnior (Org.), *Filosofia e comportamento*. São Paulo: Brasiliense.
- Dittrich, A. (2004) *Behaviorismo Radical, ética e política: Aspectos teóricos do compromisso social*. Tese de doutoramento, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.
- Dittrich, A., & Abib, J. A. D. (2004) O sistema ético skinneriano e consequências para a prática dos analistas do comportamento. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 17 (3), 427-433.
- Epling, W. F., & Pierce, W. D. (1986) The basic importance of applied behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 9, 89-99.
- Geertz, C. (1973) *The interpretation of cultures: Selected essays by Clifford Geertz*. HarperCollins Publishers, Basic Books.
- Geertz, C. (2000) *Available Light – Anthropological Reflections on Philosophical Topics*. Princeton University Press.

- Glenn, S. S. (1989). Contingencies and metacontingencies: Toward a synthesis of behavior analysis and cultural materialism. *The Behavior Analyst*, 11, 161-179
- Glenn, S. S. (2005). Metacontingências em Walden Dois. In: J. C. Todorov, R. C. Martone, & M. B. Moreira (orgs.), *Metacontingências: comportamentos, cultura e sociedade* (pp. 13-28). Santo André: ESETEc. (Trabalho original publicado em 1986)
- Glenn, S. S. (1991) Contingencies and metacontingencies: Relations among behavioral, cultural, and biological evolution. In: P. A. Lamal (Ed.), *Behavioral analysis of societies and cultural practices*. Hemisphere Publishing Corporation.
- Glenn, S. S., & Malott, M. E. (2006) Targets of Intervention in Cultural and Behavioral Change. *Behavior and Social Issues*, 15, 31-56 (2006).
- Guerin, B. (1992). Behavior Analysis and the Social Construction of Knowledge. *American Psychologist*, 47, 1423-1432.
- Guerin, B. (1994). *Analyzing social behavior: Behavior analysis and the social sciences*. Reno: Context Press.
- Guerin, B. (2001). Individuals as social relationships: 18 ways that acting alone can be thought of as social behavior. *Review of General Psychology*, 5, 406-428.
- Guerin, B., & Miyazaki, Y. (2003) Rumores, chisme, y leyendas urbanas: una teoría de contingencia social. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 35, 257-272.
- Gusso, H. L., Kubo, O. M. (2007) O conceito de cultura: Afinal, a “jovem” metacontingência é necessária? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 15 (1), 139-144.
- Harzem, P., & Miles, T. R. (1978) *Conceptual issues in operant psychology*. John Wiley & Sons. Hemisphere Publishing Corporation.
- Hayes, L. J., & Fryling, M. J. (2009) Guest editorial: Interdisciplinary science in interbehavioral perspective. *Behavior and Social Issues*, 18, 5-9.

- Houmanfar, R., & Rodrigues, N. J. (2006) The Metacontingency and the Behavioral Contingency: Points of Contact and Departure. *Behavior and Social Issues*, 15, 13-30.
- Houmanfar, R., Rodrigues, N. J., & Ward, T. A. (2010) Emergence and metacontingency: Points of contact and departure. *Behavior and Social Issues*, 19, 78-103.
- Hull, D., Langman, R. E., & Glenn, S. S. (2001). A general account of selection: Biology, immunology, and behavior. *Behavioral and Brain Sciences*, 24, 511–573.
- Kuper, A. (1999). *Culture: The anthropologists' account*. Harvard University Press.
- Lamal, P. A. (ed.) (1991). *Behavioral analysis of societies and cultural practices*. Hemisphere Publishing Corporation.
- Lamal, P. A. (ed.) (1991). *Behavioral Analysis of Societies and Cultural Practices*.
- Laurenti, C. (2004) *Hume, Mach e Skinner: A explicação do comportamento*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.
- Martone, R. C., & Todorov, J. C. (2007) O desenvolvimento do conceito de metacontingência. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 3, 181-190.
- Mattaini, M. (2004) Systems, metacontingencies, and cultural analysis: are we there yet? *Behavior and Social Issues*, 13, 124-130.
- Mattaini, M. (2006) Will cultural analysis become a science? *Behavior and Social Issues*, 15, 68-80.
- Melo, C. M. (2005) *A concepção de homem no behaviorismo radical de Skinner: Um compromisso com o "bem" da cultura*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil
- Melo, C. M. (2008) *A concepção de homem no behaviorismo radical e a suas implicações para a tecnologia do comportamento*. Tese de doutoramento, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil

- Prado Júnior, B. (1981) Algumas considerações sobre o Behaviorismo. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 1, 1983.
- Sahlins, M. (1997a). O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (Parte I). *Mana*, 3(1), 41-73.
- Sahlins, M. (1997b). O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (Parte II). *Mana*, 3(2), 103-150.
- Sahlins, M. D., & Service, E. R. (1988) *Evolution and culture*. Ann Arbor Paperbacks. (Trabalho original publicado em 1960).
- Sampaio, A. A. S., & Andery, M. A. P. A. (2010). Comportamento social, produção agregada e prática cultural: uma análise comportamental de fenômenos sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 183-192.
- Skinner, B. F. (1930). On the conditions of elicitation of certain eating reflexes. *Proceedings of the Academy of Sciences*, 16(6), 433-438.
- Skinner, B. F. (1931). The concept of the reflex in the description of behavior. *Journal of General Psychology*, 5, 427-458.
- Skinner, B. F. (1933). The measurement of "spontaneous activity". *Journal of General Psychology*, 9, 3-23.
- Skinner, B. F. (1935). The generic nature of concepts of stimulus and response. *Journal of General Psychology*, 12, 40-65.
- Skinner, B. F. (1937). Two types of conditioned reflex: a reply to Konorski and Miller. *Journal of General Psychology*, 16, 272-279.
- Skinner, B. F. (1938). *The behavior of organisms: an experimental analysis*. Appleton-Century-Crofts,
- Skinner, B. F. (1948). *Walden two*. New York: MacMillan.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.

- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. New York: The Free Press. (Trabalho original publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (1969) *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213(4507), 501-504.
- Skinner, B. F. (1987). *Upon further reflection*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1988). Commentaries and Responses. In: A. C. Catania & S. Harnad (eds.), *The selection of consequences: The operant behaviorism of B. F. Skinner: Comments and consequences* (pp. 20-76). NY: Cambridge University Press.
- Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Columbus, Ohio: Merrill Publishing Company.
- Skinner, B. F. (1999a). "Superstition" in the pigeon. In: V. G. Laties & A. C. Catania (eds.), *Cumulative record: Definitive edition* (pp. 570-578). MA: Copley Publishing Group. (Trabalho original publicado em 1948).
- Skinner, B. F. (1999b). Freedom and the control of men. In: V. G. Laties & A. C. Catania (eds.), *Cumulative record: Definitive edition* (pp. 3-18). MA: Copley Publishing Group. (Trabalho original publicado em 1955).
- Skinner, B. F. (1999c). The design of cultures. In: V. G. Laties & A. C. Catania (eds.), *Cumulative record: Definitive edition* (pp. 39-50). MA: Copley Publishing Group. (Trabalho original publicado em 1961).
- Skinner, B. F. (2002) *Beyond freedom and dignity*. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company (Trabalho original publicado em 1971).
- Smith, L. D. (1986) *Behaviorism and Logical Positivism: a reassessment of the alliance*. Stanford: Stanford University Press.

- Todorov, J. C. (2002) A evolução do conceito de operante. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18 (2), 123-127.
- Todorov, J. C. (2006) The Metacontingency as a conceptual tool. *Behavior and Social Issues*, 15, 92-94.
- Todorov, J. C., Moreira, M. B., & Moreira, M. (2005) Contingências entrelaçadas e contingências Não relacionadas. In: J. C. Todorov, R. C. Martone, & M. B. Moreira (orgs.), *Metacontingências: comportamentos, cultura e sociedade* (pp. 13-28). Santo André: ESETEc.
- Vichi, C., Andery, M. A. P. A. & Glenn, S. S. (2009). A metacontingency experiment: The effects of contingent consequences on patterns of interlocking contingencies of reinforcement. *Behavior and Social Issues*. 18 (1), 1-17.
- Ward, T. A., & Houmanfar, R. (2011) Human simulations in behavior analysis (1987-2010): facilitating research in complex human behavior. *Behavior and Social Issues*, 20, 72-101.